

82700728  
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

**CURSO PARA CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA**

COMPILAÇÃO DAS APOSTILAS ELABORADAS PELO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

**CURSO PARA CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA**

COMPILAÇÃO DAS APOSTILAS ELABORADAS PELO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

**CURSO PARA CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA**

COMPILAÇÃO DAS APOSTILAS ELABORADAS PELO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

VITÓRIA, JULHO/92

## APRESENTAÇÃO

---

Este documento compila as apostilas elaboradas por técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves destinadas ao "Curso para Candidatos a Vereador" promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, nos meses de junho a agosto de 1992. Esse curso foi realizado nos seguintes municípios do Estado: Vitória (concentrando pré-candidatos dos 5 municípios que compõem a Grande Vitória), Serra, Afonso Cláudio, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina e Nova Venécia.

O Instituto Jones dos Santos Neves, atendendo solicitação da Secretaria promotora do curso, participou desta atividade cedendo os técnicos Maria Celia Chaves Ribeiro e Mozart da Silva Júnior, os quais elaboraram as apostilas aqui compiladas e ministraram aulas sobre "Diagnóstico do Município" e "Tendências de Municipalização".

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luis Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

DATILOGRAFIA  
Rita de Cassia dos S. Souza  
Vera Lucia M. Varejão

REPROGRAFIA  
José Martins  
Luiz Martins

PARTICIPARAM PELA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDAD  
DANIA NA ORGANIZAÇÃO DO CURSO PARA CANDATOS A VEREADOR:

UNIVERSIDADE POPULAR DO ESPÍRITO SANTO  
Eugenia Lúcia Miranda de Anchieta

DEPARTAMENTO DE CURSOS ESTUDOS E PESQUISAS  
Lucelena da Rocha Gonçalves  
Maria do Socorro Gonçalves Carvalho

## APRESENTAÇÃO

---

Este documento compila as apostilas elaboradas para o "Curso para Candidatos a Vereador" promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, nos meses de junho a agosto de 1992. Foram atendidos os municípios de Vitória, concentrando candidatos dos 5 municípios que compõem a Grande Vitória, Serra, Afonso Cláudio, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina e Nova Venécia.

O Instituto Jones dos Santos Neves, atendendo solicitação da Secretaria promotora do curso, participou desta atividade cedendo os técnicos Maria Celia Chaves Ribeiro e Mozart da Silva Júnior que ministraram aulas de "Diagnóstico do Município" e "Tendências de Municipalização".

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### 1. APOSTILAS DOS MUNICÍPIOS DE:

1.1 - VITÓRIA, CARIACICA E VIANA .....	9
1.2 - SERRA .....	29
1.3 - AFONSO CLÁUDIO .....	47
1.4 - ARACRUZ .....	62
1.5 - BOM JESUS DO NORTE .....	71
1.6 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM .....	87
1.7 - CASTELO .....	95
1.8 - COLATINA .....	112
1.9 - NOVA VENÉCIA .....	119

1.

APOSTILAS DOS MUNICÍPIOS DE:

---

1.1 -

VITÓRIA, CARIACICA E VIANA

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SOCIO-ECONÔMICA DOS  
MUNICÍPIOS DE VITÓRIA, CARIACICA E VIANA

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Célia C. Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila destinada aos alunos do curso para pré-candidatos a vereador dos municípios de Vitória, Cariacica e Viana, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município.

A realização desta tarefa supõe a compreensão do desenvolvimento recente do conglomerado da Grande Vitória que inclui os municípios de Cariacica, Viana, Vila Velha, Vitória e Serra.

A ocupação do solo e a especialização econômica de cada um destes municípios se referem a uma dinâmica imprimida nesta região, acentuada com o assédio de aproximadamente 120.000 mil imigrantes oriundos do interior do Estado nos anos 60, decorrente da política de erradicação de cafezais e, mais recentemente, com a instalação dos grandes projetos na década de 70 (CST, Aracruz Celulose, CIVIT).

Sobre este assunto transcrevemos texto do documento **Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado - Volume 1, tomo 1 e 2**, produzido no Instituto Jones dos Santos Neves.

Em anexo incluímos cópia das transparências, elaboradas a partir do documento acima citado, para uso em aula, que inclui quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município, para cada município em questão.

## AGLOMERAÇÃO DO URBANO DA GRANDE VITÓRIA: CARACTERIZAÇÃO E IN SERÇÃO NA ECONOMIA DO ESTADO<sup>1</sup>

Localiza-se na faixa litorânea centro-sul, compreendendo os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Sua população foi estimada em 922.000 habitantes para o ano de 1985<sup>2</sup>. Segundo mesma fonte, estima-se para 1990 uma população de 1.156.000 e, para o segundo século, 1.693.000 habitantes.

Teve seu início na ocupação da orla da baía — Praia de Vila Velha e Ilha de Vitória —, área que abriga o Centro Histórico Administrativo e Político do Estado.

O porto de Vitória, construído na década de 30, juntamente com as ligações férreas, impulsionaram o seu desenvolvimento inicial, permitindo o escoamento da produção cafeeira, base

da economia rural do Estado, para fora. Assim a Região Central só foi consolidada como centro de influência quando da entrada do café que possibilitou, principalmente em Vitória, a retenção de um volume maior de excedentes capaz de reproduzir seu capital mercantil-exportador. Isto, aliado a sua função administrativa, permitiu que se desenvolvessem outras funções mais especializadas no setor secundário e terciário da produção.

As mudanças ocorridas na agricultura na década de 60 — propriamente a erradicação dos cafezais — veio afetar a dinâmica econômica e social do Estado e da Região IA, bem como a instalação dos Grandes Projetos na década de 70, modernizando a economia e integrando de fato à dinâmica da acumulação

---

<sup>1</sup>IJSN. Texto extraído do documento "Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado".

<sup>2</sup>IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado.

de capital nacional e internacional.

Ressalta-se que, se por um lado a economia do Estado como um todo apresenta excessiva e perigosa dependência da produção e remuneração do café, essa industrialização do pólo econômico tem a vulnerabilidade da dependência do desempenho da economia internacional.

Apresentando, até então, uma ocupação física do território urbano mais branda, a malha urbana foi gradualmente se expandindo e inchando até ocupar as áreas dos cinco municípios em um contínuo metropolitano denominado convencionalmente de Aglomerado Urbano da Grande Vitória. De sítio natural frágil e seletivo, teve as melhores terras tomadas especulativamente, relegando as áreas mais impróprias às populações de menor poder aquisitivo.

O grande fluxo migratório de trabalhadores do interior do Estado e de outros Estados em direção à Grande Vitória, aproximadamente 120 mil pessoas ao mesmo tempo expulsos do campo e atraídos pela cidade, formaram um contingente de mão-de-obra pouco qualificado. Sendo o setor secundário pouco empregador relativamente às expectativas geradas, restou ao setor terciário a absorção de parte desta mão-de-obra, sobressaindo-se aí o setor público e principalmente o informal, restando-se alta taxa de subempregos e de desempregados.

Os investimentos para os Grandes Projetos foram realizados de maneira concentrada, priorizando o espaço da Grande Vitória, utilizando capital intensivo e tecnologia poupadora de mão-de-obra, causando efeitos perniciosos como a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais e concentrando os investimentos públicos na superação dos gargalos infra-estruturais da produção. As pequenas e médias indústrias, apesar da expansão, têm caráter desintegrado e não multiplicador, além de sofrerem concorrência dos produtores de áreas mais desenvolvidas.

A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político-administrativo e do porto, abriga as principais atividades regionais de

caráter industrial, comercial, serviços públicos, privados, cultural e financeiros, convergindo ainda as principais vias de transporte regional.

Tem ainda, como Área Central, o poder de irradiação e articulação com as maiores cidades do Estado (Colatina, Cachoeiro, São Mateus, Linhares), cabendo, a estas, funções claramente distintas e integradas (não competitivas) com a Área Central, bem como, o poder de influência direta sobre a gama de pequenas cidades que estão ao seu redor, a saber, a Região IB.

## REFLEXOS NO URBANO E NA MORADIA

A partir da década de 60, a Região IA vem passando por um crescimento sem precedentes, gerando sérios problemas de ordem social. Para se ter idéia da dimensão do incremento populacional, a população urbana tem praticamente dobrado a cada 10 anos, passando de 82.200 em 1950 a 194.262 em 1960, 385.998 em 1970, 705.058 em 1980, e cerca de 922.174 em 1985 (ver QUADRO I).

Refletido no crescimento urbano, os 5 municípios vieram a configurar o Aglomerado Urbano da Grande Vitória.

As cidades vislumbraram, em todos os momentos, a expansão desordenada de suas malhas urbanas e a necessidade de prover, a cada um desses novos habitantes, de emprego, moradia, infra-estrutura e serviços urbanos, além de outros investimentos.

Por sua vez, esses novos habitantes, a maioria migrantes da área rural, portanto mão-de-obra desqualificada para o mercado urbano, tiveram que se enquadrar em trabalhos de baixa remuneração e, quando não, instável.

Resguardada as melhores terras e os serviços urbanos pelo processo de diferenciação espacial e social, coube à população de baixa renda ocupar áreas de periferia, sem qualquer infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitabilidade.

A carência habitacional é concentrada pela valorização do mercado de terras que tem levado à intensiva especulação sobre as edificações e os terrenos, e estimulado a existência de vazios urbanos em áreas de grande densidade populacional e de atividades. Isto faz com que sofram os problemas, tanto a população de classe média, que não consegue arcar com o ônus do aluguel ou das prestações, quanto a população de baixa renda.

Através de invasões, loteamentos clandestinos e irregulares, etc., a população vem encontrando as formas alternativas e mais baratas da moradia, uma vez que os poderes públicos municipal, estadual e federal não conseguiram interferir no provimento dos serviços sociais, bem como, nos processos de segregação espacial.

Ocupando áreas de mangue, de morro e de periferia, a nova configuração espacial gerou reflexos negativos na qualidade de vida da população e por conseguinte na área habitacional, atingindo mais diretamente a população de baixa renda.

Os problemas encontrados dizem respeito à localização e a tipologia do terreno, ao acesso dificultado ou distante; à falta de infra-estrutura de água, luz, esgoto e calçamento; aos serviços urbanos educação, saúde, lazer, transporte; à legalização da posse do terreno; à tipologia habitacional; etc.

Estima-se que na Grande Vitória pelo menos 400 mil moradores habitem em 179 assentamentos considerados subnormais, estando assim distribuídos: 47 em Vitória, 25 em Vila Velha, 27 em Viana, 60 em Cariacica e 20 na Serra.

Os assentamentos de baixa renda de Vitória estão localizados em áreas de mangues e de morro com topografia acidentada, ocupados de forma irregular geralmente através de invasões e loteamentos irregulares. Estes assentamentos acabam por prejudicar as características naturais geográficas da Ilha, bem como, a fauna e a flora existentes, uma vez que são áreas com uma grande riqueza ecológica.

Muitos deles já estão consolidados inclusive com aterros, como é o caso de Maria Ortiz e São Pedro I em manguezais. Porém, outros estão em franco crescimento.

O município de Cariacica apresenta carência em praticamente todos os seus bairros, com uma população já caracteristicamente de média e baixa renda, tem crescido uma população de migrantes em semelhantes condições, que

vem encontrando nos loteamentos clandestinos a resolução do seu morar. De um total de 211 loteamentos, 61 são clandestinos, 150 são aprovados pela Prefeitura Municipal, e apenas 69 se encontram registrados em cartório<sup>3</sup>.

A outra forma que a população encontrou foi através de invasões, principalmente nas áreas de Flexal, Rio Marinho, e mais recentemente em Itanhenga.

A questão da moradia em Vila Velha para a população de baixa renda se dá através de invasões em terreno normal, morro e manguezais, tais como Santa Rita e 1º de Maio. Os conjuntos feitos pelo SFH abrigam uma população com mais de 2 salários mínimos.

O município de Viana apresenta também um grande número de loteamentos irregulares com precariedade de infra-estrutura e serviços. Recentemente a CESAN se instalou no município, pois, até então, a própria sede tinha problemas com abastecimento de água. Quase a totalidade do município não é pavimentado e não possui redes de esgoto.

O município da Serra vem sendo alvo dos maiores projetos habitacionais do SFH na Grande Vitória, não atendendo à população de baixa renda. Esta vem invadindo áreas de baixada localizadas próximas dos conjuntos e ocupando loteamentos irregulares, sem infra-estrutura e em terrenos de topografia acidentada. Recentemente, a população vem invadindo os conjuntos da COHAB que estão vazios.

Constata-se, portanto, que o problema habitacional da região é generalizado e bastante grave. Para tentar solucionar os problemas encontrados, a população se organiza através de associações de bairro ou Centros Comunitários reivindicando melhorias e maior participação nas prefeituras municipais.

---

<sup>3</sup> IJSN. Estudo Básico de Organização Sócio-Econômica do Município de Cariacica. Vitória, 1983.

Estas, entretanto, têm atuação localizada, resolvendo os problemas imediatos, muitas vezes de forma paliativa.

A atuação mais forte em termos de organização comunitária, ocorre em Vila Velha com o Movimento de Direito à Moradia em Vila Velha. O movimento reivindica a desapropriação de áreas vazias dentro da malha urbana, e também todo tipo de infra-estrutura urbana e verba para construção de casas. Conta com a participação de moradores de todos os bairros e já conseguiu a desapropriação de uma área e a liberação de recursos para construção de 248 casas em regime de mutirão.

A população de Vitória possui uma entidade comunitária única do município e várias organizações de bairros, porém, em termos de atuação e participação comunitária pode-se considerá-las incipientes, o mesmo acontecendo com Serra, Viana e Cariacica.

As reivindicações concentram-se na área de infra-estrutura e serviços básicos, e as soluções são na maioria pontuais, não existindo programas permanente de atuação na área habitacional.

Algumas atuações podemos citar: legalização dos terrenos de Porto de Santana, em Cariacica, através do programa CPM; remoção da população residente debaixo dos fios de alta tensão em Maria Ortiz, Vitória; urbanização e infra-estrutura na Serra e em Vitória; etc.

A região da Grande Vitória, portanto, é considerada hoje a mais problemática do Estado, necessitando de um amplo plano e de ação governamental ante a gravidade da sua situação habitacional.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

DÉCADA E DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
<b>1880</b>		
1886	- Muniz Freire realiza saneamento, melhorias urbanas e incorporação da área cinco vezes maior do que a então ocupada pela capital	
<b>1900</b>		
1904	- Implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas;	- Cidade cresce para o leste, em busca das praias litorâneas e para oeste em direção da ponte Florentino Avidos, acompanhando as linhas de bonde;
Final da Década	- Incorporação de novas áreas a cidade a partir de aterros e drenagens em alagados;	
<b>1920</b>		
1928	- Construção da Ponte Florentino Avidos, ligando Vitória ao Continente;	

- 1930 - Construção do Porto de Vitória
- Ligação férrea e o Porto de Vitória permitem escoamento da produção cafeeira e retenção de maior volume de excedentes;
- Setor secundário e terciário especializam e desenvolvem-se;
- 1940**
- 1942 - Inauguração da CVRD em Cariacica;
- 1946 - Implantação da Companhia Ferro e Aço de Vitória;
- Abertura da Estrada de Vitória ao Rio de Janeiro;
- 1960 - Erradicação dos cafezais;
- Instalação de unidades funcionais (Aeroporto, cais de mineiro, terminal de Tubarão, terminais ferroviários em Vila Velha e Cariacica e indústrias têxteis e siderúrgicas em Cariacica);
- População em 1940: 42.300 habitantes;
- Entre 40 e 60 Vitória recebe imigrantes de cidades pequenas, não produtoras de café; e de outros estados, atraído pelo auge do café;
- População em 1960: 83.351 habitantes;
- Triplica a mancha urbana, com ocupação de terras de preço baixo ou nulo;
- Mangues e áreas de mar são aterradas;

- 1970/80 - Instalação de grandes Projetos (CST, Aracruz Celulose)
- Instalação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT) no município da Serra;

- População em:  
1970: 133.019 habitantes;  
1980: 207.747 habitantes;
- Vitória detém 1/3 da população da Grande Vitória;
- Acentua-se especulação imobiliária devido à inexistência de fronteira de expansão, à posição de centro metropolitano e à infra-estrutura existente;
- Novos mangues são ocupados;
- Investimentos públicos são aplicados na superação de gargalos infra-estruturais, da população;
- Economia moderniza-se e se integra à dinâmica de acumulação do capital nacional e internacional, passando a depender do desempenho da economia internacional;
- Crescimento da indústria de construção civil e do terciário;
- Alta tecnologia dos grandes projetos absorve pouca mão-de-obra;

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

DÉCADA E DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
<b>Séc. XVI</b>		
1567	- Jesuitas fundam povoado na região do rio que desce o Mochuara;	
<b>Séc. XVIII</b>		
1749	- Jesuitas implantam, fazendas de cana, algodão e cereais;	- Início efetivo da ocupação da região;
<b>Séc. XIX</b>		
Início	- Ocorrem as primeiras migrações para a região;	
Meados	- Chegada de imigrantes portugueses e alemães;	- Expansão da ocupação da região;
1890	- Decreto-Lei Estadual Nº 57 de 25/11 cria Vila de Cariacica;	
<b>1900</b>		
1904	- Implantação da Estrada de ferro Vitória a Minas;	- Redirecionamento para Itaquari e Jardim América do desenvolvimento do município, até então concentrado na sede eminentemente rural;

- |         |                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1928    | - Construção da Ponte Florentino Avidos, ligando Vitória ao Continente;                                 | - Ocupação urbana do município ocorre integrada com a consolidação do polo de Vitória;                                                                                                                                                                  |
| 1942/47 | - Inauguração da CVRD com oficinas de carros e vagões em Itacibá e Estações em Flexal e Vasco Coutinho; |                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1946    | - Implantação da Companhia Ferro e Aço ;<br><br>- Abertura da Estrada Vitória/Rio                       |                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1950    | - Aprovação de 26 loteamentos;                                                                          | - População em 1950: 21741 habitantes;                                                                                                                                                                                                                  |
| 1960    | - Erradicação dos cafezais;                                                                             | - População em 1960: 39608 habitantes;<br><br>- Vila Velha e Cariaica aborvem a maior parte dos imigrantes que se dirigem para a Grande Vitória (120.000)<br><br>- População urbana ultrapassa a rural (65%), Itaquari absorve 70% da população urbana; |

- 1960/70 - Implantação de 26 novas indústrias, em parte devido à abertura dos eixos viários cortando o município (BR-262, BR-101 Sul e Rodovia José Sette);
- 1970/80 - Esvaziamento da industrialização do município com a construção do Porto de Tubarão, de CST e implantação do CIVIT na Serra.
- Concentra maior contingente populacional da Grande Vitória e apresenta maiores índices de carências habitacional da região;
  - Entre 1950/89 área urbana é retalhada desordenadamente;
  - População de:
    - 1970 - 101.422 habitantes
    - 1980 - 189.089 habitantes
    - 1990 - 274.450 habitantes
  - O baixo valor da terra em Cariacica de corrente da distância do município em relação ao Centro Metropolitano, ao complexo industrial e portuário de Tubarão e das praias, atrai preferencialmente população de baixa renda.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE VIANA

DÉCADA E DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1800 1813	- Território do atual município de Viana foi escolhido para abrigar <u>co</u> lonos açorianos;	
1862	- Criação do município de Viana, cujo território pertencia a Vitória;	
1895	- Sedia a 1ª estação a partir de Argolas, da Estrada de Ferro do Sul do Estado (hoje Estrada de Ferro Leopoldina);	
1960	- Início do processo de urbanização com o surgimento do primeiro loteamento (Canaã);	<p>- Ocupação do Município ocorre de maneira lenta até 1980, com a maioria dos <u>habi</u>tantes residindo na zona rural;</p> <p>- População em 1950: 5.896 habitantes 1960: 6.571 habitantes</p>

- 1965 - Recebe migrantes alemães;
- 1970 - Intensificação do processo de urbanização e implantação de novas indústrias principalmente em função do asfaltamento da BR-262 e 101, aliado à grande disponibilidade de terra;
- A banana é a principal cultura na área rural;
- população em 1970: 10.529 habitantes;
- Os 32 bairros do município foram, em sua maioria, formados pelo parcelamento do solo na década de 70, localizando-se, em grande parte próximo as indústrias, compondo ilhas urbanas, com grandes distâncias entre si, diretamente ligadas A Vitória.
- População em:  
1980: 23.448 habitantes  
1990: 43.836 habitantes
-

1.2 -

SERRA

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA DO  
MUNICÍPIO DA SERRA

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

## COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria B. Esteves Vianna

## COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

## COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

## EQUIPE TÉCNICA

Maria Célia C. Ribeiro

Mozart Silva Júnior

## EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

Esta apostila destinada aos alunos do curso para pré-candidatos a vereador do município da Serra, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município.

A realização desta tarefa supõe a compreensão do desenvolvimento recente do conglomerado da Grande Vitória que inclui os municípios de Cariacica, Viana, Vila Velha, Vitória e Serra.

A ocupação do solo e a especialização econômica de cada um destes municípios se referem a uma dinâmica imprimida nesta região, acentuada com o assédio de aproximadamente 120.000 migrantes oriundos do interior do estado nos anos 60, decorrente da política de erradicação de cafezais e, mais recentemente, com a instalação dos grandes projetos na década de 70 (CST, Aracruz Celulose, CIVIT).

Sobre este assunto transcrevemos texto do documento **Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado - volume 1, tomo 1 e 2**, produzido no Instituto Jones dos Santos Neves.

Em anexo incluimos cópia das transparências, elaboradas a partir do documento acima citado, para uso em aula, que inclui um resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município da Serra e tabelas pertinentes ao assunto.

## AGLOMERAÇÃO DO URBANO DA GRANDE VITÓRIA: CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO NA ECONOMIA DO ESTADO<sup>1</sup>

Localiza-se na faixa litorânea centro-sul, compreendendo os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Sua população foi estimada em 922.000 habitantes para o ano de 1985<sup>2</sup>. Segundo mesma fonte, estima-se para 1990 uma população de 1.156.000 e, para o segundo século, 1.693.000 habitantes.

Teve seu início na ocupação da orla da baía — Prainha de Vila Velha e Ilha de Vitória —, área que abriga o Centro Histórico Administrativo e Político do Estado.

O porto de Vitória, construído na década de 30, juntamente com as ligações férreas, impulsionaram o seu desenvolvimento inicial, permitindo o escoamento da produção cafeeira, base

da economia rural do Estado, para fora. Assim a Região Central só foi consolidada como centro de influência quando da entrada do café que possibilitou, principalmente em Vitória, a retenção de um volume maior de excedentes capaz de reproduzir seu capital mercantil-exportador. Isto, aliado a sua função administrativa, permitiu que se desenvolvessem outras funções mais especializadas no setor secundário e terciário da produção.

As mudanças ocorridas na agricultura na década de 60 — propriamente a erradicação dos cafezais — veio afetar a dinâmica econômica e social do Estado e da Região IA, bem como a instalação dos Grandes Projetos na década de 70, modernizando a economia e integrando de fato à dinâmica da acumulação

---

<sup>1</sup>IJSN. Texto extraído do documento "Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado".

<sup>2</sup>IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado.

de capital nacional e internacional.

Ressalta-se que, se por um lado a economia do Estado como um todo apresenta excessiva e perigosa dependência da produção e remuneração do café, essa industrialização do pólo econômico tem a vulnerabilidade da dependência do desempenho da economia internacional.

Apresentando, até então, uma ocupação física do território urbano mais branda, a malha urbana foi gradualmente se expandindo e inchando até ocupar as áreas dos cinco municípios em um contínuo metropolitano denominado convencionalmente de Aglomerado Urbano da Grande Vitória. De sítio natural frágil e seletivo, teve as melhores terras tomadas especulativamente, relegando as áreas mais impróprias às populações de menor poder aquisitivo.

O grande fluxo migratório de trabalhadores do interior do Estado e de outros Estados em direção à Grande Vitória, aproximadamente 120 mil pessoas ao mesmo tempo expulsos do campo e atraídos pela cidade, formaram um contingente de mão-de-obra pouco qualificado. Sendo o setor secundário pouco empregador relativamente às expectativas geradas, restou ao setor terciário a absorção de parte desta mão-de-obra, sobressaindo-se aí o setor público e principalmente o informal, restando-se alta taxa de subempregos e de desempregados.

Os investimentos para os Grandes Projetos foram realizados de maneira concentrada, priorizando o espaço da Grande Vitória, utilizando capital intensivo e tecnologia poupadora de mão-de-obra, causando efeitos perniciosos como a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais e concentrando os investimentos públicos na superação dos gargalos infra-estruturais da produção. As pequenas e médias indústrias, apesar da expansão, têm caráter desintegrado e não multiplicador, além de sofrerem concorrência dos produtores de áreas mais desenvolvidas.

A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político-administrativo e do porto, abriga as principais atividades regionais de

caráter industrial, comercial, serviços públicos, privados, cultural e financeiros, convergindo ainda as principais vias de transporte regional.

Tem ainda, como Área Central, o poder de irradiação e articulação com as maiores cidades do Estado (Colatina, Cachoeiro, São Mateus, Linhares), cabendo, a estas, funções claramente distintas e integradas (não competitivas) com a Área Central, bem como, o poder de influência direta sobre a gama de pequenas cidades que estão ao seu redor, a saber, a Região IB.

## REFLEXOS NO URBANO E NA MORADIA

A partir da década de 60, a Região IA vem passando por um crescimento sem precedentes, gerando sérios problemas de ordem social. Para se ter idéia da dimensão do incremento populacional, a população urbana tem praticamente dobrado a cada 10 anos, passando de 82.200 em 1950 a 194.262 em 1960, 385.998 em 1970, 705.058 em 1980, e cerca de 922.174 em 1985 (ver QUADRO I).

Refletido no crescimento urbano, os 5 municípios vieram a configurar o Aglomerado Urbano da Grande Vitória.

As cidades vislumbraram, em todos os momentos, a expansão desordenada de suas malhas urbanas e a necessidade de prover, a cada um desses novos habitantes, de emprego, moradia, infra-estrutura e serviços urbanos, além de outros investimentos.

Por sua vez, esses novos habitantes, a maioria migrantes da área rural, portanto mão-de-obra desqualificada para o mercado urbano, tiveram que se enquadrar em trabalhos de baixa remuneração e, quando não, instável.

Resguardada as melhores terras e os serviços urbanos pelo processo de diferenciação espacial e social, coube à população de baixa renda ocupar áreas de periferia, sem qualquer infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitabilidade.

A carência habitacional é concentrada pela valorização do mercado de terras que tem levado à intensiva especulação sobre as edificações e os terrenos, e estimulado a existência de vazios urbanos em áreas de grande densidade populacional e de atividades. Isto faz com que sofram os problemas, tanto a população de classe média, que não consegue arcar com o ônus do aluguel ou das prestações, quanto a população de baixa renda.

Através de invasões, loteamentos clandestinos e irregulares, etc., a população vem encontrando as formas alternativas e mais baratas da moradia, uma vez que os poderes públicos municipal, estadual e federal não conseguiram interferir no provimento dos serviços sociais, bem como, nos processos de segregação espacial.

Ocupando áreas de mangue, de morro e de periferia, a nova configuração espacial gerou reflexos negativos na qualidade de vida da população e por conseguinte na área habitacional, atingindo mais diretamente a população de baixa renda.

Os problemas encontrados dizem respeito à localização e a tipologia do terreno; ao acesso dificultado ou distante; à falta de infra-estrutura de água, luz, esgoto e calçamento; aos serviços urbanos educação, saúde, lazer, transporte; à legalização da posse do terreno; à tipologia habitacional; etc.

Estima-se que na Grande Vitória pelo menos 400 mil moradores habitem em 179 assentamentos considerados subnormais, estando assim distribuídos: 47 em Vitória, 25 em Vila Velha, 27 em Viana, 60 em Cariacica e 20 na Serra.

Os assentamentos de baixa renda de Vitória estão localizados em áreas de mangues e de morro com topografia acidentada, ocupados de forma irregular geralmente através de invasões e loteamentos irregulares. Estes assentamentos acabam por prejudicar as características naturais geográficas da Ilha, bem como, a fauna e a flora existentes, uma vez que são áreas com uma grande riqueza ecológica.

Muitos deles já estão consolidados inclusive com aterros, como é o caso de Maria Ortiz e São Pedro I em manguezais. Porém, outros estão em franco crescimento.

O município de Cariacica apresenta carência em praticamente todos os seus bairros, com uma população já caracteristicamente de média e baixa renda, tem crescido uma população de migrantes em semelhantes condições, que

vem encontrando nos loteamentos clandestinos a resolução do seu morar. De um total de 211 loteamentos, 61 são clandestinos, 150 são aprovados pela Prefeitura Municipal, e apenas 69 se encontram registrados em cartório<sup>3</sup>.

A outra forma que a população encontrou foi através de invasões, principalmente nas áreas de Flexal, Rio Marinho, e mais recentemente em Itanhenga.

A questão da moradia em Vila Velha para a população de baixa renda se dá através de invasões em terreno normal, morro e manguezais, tais como Santa Rita e 1º de Maio. Os conjuntos feitos pelo SFH abrigam uma população com mais de 2 salários mínimos.

O município de Viana apresenta também um grande número de loteamentos irregulares com precariedade de infra-estrutura e serviços. Recentemente a CESAN se instalou no município, pois, até então, a própria sede tinha problemas com abastecimento de água. Quase a totalidade do município não é pavimentado e não possui redes de esgoto.

O município da Serra vem sendo alvo dos maiores projetos habitacionais do SFH na Grande Vitória, não atendendo à população de baixa renda. Esta vem invadindo áreas de baixada localizadas próximas dos conjuntos e ocupando loteamentos irregulares, sem infra-estrutura e em terrenos de topografia acidentada. Recentemente, a população vem invadindo os conjuntos da COHAB que estão vazios.

Constata-se, portanto, que o problema habitacional da região é generalizado e bastante grave. Para tentar solucionar os problemas encontrados, a população se organiza através de associações de bairro ou Centros Comunitários reivindicando melhorias e maior participação nas prefeituras municipais.

---

<sup>3</sup>IJSN. Estudo Básico de Organização Sócio-Econômica do Município de Cariacica. Vitória, 1983.

Estas, entretanto, têm atuação localizada, resolvendo os problemas imediatos, muitas vezes de forma paliativa.

A atuação mais forte em termos de organização comunitária, ocorre em Vila Velha com o Movimento de Direito à Moradia em Vila Velha. O movimento reivindica a desapropriação de áreas vazias dentro da malha urbana, e também todo tipo de infra-estrutura urbana e verba para construção de casas. Conta com a participação de moradores de todos os bairros e já conseguiu a desapropriação de uma área e a liberação de recursos para construção de 248 casas em regime de mutirão.

A população de Vitória possui uma entidade comunitária única do município e várias organizações de bairros, porém, em termos de atuação e participação comunitária pode-se considerá-las incipientes, o mesmo acontecendo com Serra, Viana e Cariacica.

As reivindicações concentram-se na área de infra-estrutura e serviços básicos, e as soluções são na maioria pontuais, não existindo programas permanente de atuação na área habitacional.

Algumas atuações podemos citar: legalização dos terrenos de Porto de Santana, em Cariacica, através do programa CPM; remoção da população residente debaixo dos fios de alta tensão em Maria Ortiz, Vitória; urbanização e infra-estrutura na Serra e em Vitória; etc.

A região da Grande Vitória, portanto, é considerada hoje a mais problemática do Estado, necessitando de um amplo plano e de ação governamental ante a gravidade da sua situação habitacional.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DOS BAIRROS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DA SERRA

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SERRA	20	São Geraldo, Loteamento Marapé, São Domingos, Jardim Bela Vista, Camará, Campinho da Serra I e II, Vista da Serra, Bela Vista, Sossego, José de Anchieta II, Jardim Tropical, Bairro Branco, Taquara I, Taquara II, Bairro Maria da Penha, Invasão do Meio, Invasão São Patrício, Jardim Atlântica.	12.739 SEIC - 1982	Predominância de madeira, seguida de alvenaria de baixo padrão	0 a 3 SM	Os bairros são bastante carentes de infra-estrutura urbana e social - maior incidência para os serviços de esgoto e calçamento, 80% dos bairros não possuem esses serviços; seguido de coleta de lixo (45%), creche e transporte coletivo (40%) e água (25%)	Terreno - condição predominante é a invasão  Domicílio - a maioria é próprio

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DA SERRA

DATA	EVENTOS	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1833	- Serra desmembra-se de Vitória tornando-se município;	
1960	- Erradicação dos cafezais;	- população em 1960: 9.162 habitantes;
1970	- Surgem os primeiros loteamentos acentuadamente urbanos que originam os bairros de Fátima, São Sebastião, Jardim Limoeiro, Guaraciaba, Chácara Parreiral, Parque do Sol e Camará.	- população em 1970: 17.286 habitantes; - na economia predomina o setor primário baseado em pequenas propriedades; - no final da década de 70 parte do município se incorpora à expansão do aglomerado urbano da Grande Vitória, principalmente Carapina. - proliferam loteamentos junto à BR-101 Norte, ES-10, antiga estrada de Jacaraípe e na faixa marítima.
1970/80	- Instalação do Porto de Tubarão (CVRD) com 6 usinas de <u>pelotização</u> ; - Instalação da CST e do Centro Industrial de Vitória (CIVIT); - Implantação de conjuntos habitacionais nos altiplanos do município, alguns fora dos principais eixos viários estruturante; - Ocupação de partes baixas do município por aglomerados de baixa renda, física e juridicamente irregulares, acarretando problemas <u>infra-estruturais</u> .	- população em 1980: 82.581 habitantes; - aumento 9 vezes no número de trabalhadores do setor terciário e de 14 vezes no do secundário na década de 80; dos empregos ofertados no município 41% pertencem ao setor terciário e 48% ao secundário; - os conjuntos habitacionais contribuem para um súbito aumento populacional por se constituírem em parcelamento do solo para ocupação imediata; - a ocupação do município ocorre de maneira esparsa, alternando baixas e altas densidades, dificultando a alocação de equipamentos e <u>infra-estrutura urbana</u> , principalmente saneamento e transporte coletivo;

—continua

Continuação

DATA	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudança na estrutura fundiária, passando a predominar a grande propriedade voltada para a valorização urbana, conjugada com atividades econômicas agropecuárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- decréscimo da área rural destinada ao cultivo de lavouras, duplicando a de pastagem;</li> <li>- as culturas de mamão, abacaxi e reflorestamento foram as que mais geraram renda;</li> <li>- população em 1990: 221.513 habitantes.</li> </ul>

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL URBANA E RURAL DA SERRA - 1960-1970-1980

POPULAÇÃO	1960		1970		1980		1990
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
TOTAL	9.162	100	17.286	100	82.581	100	221.513
Urbana	3.415	37	7.980	46	80.314	97	
Rural	5.747	63	9.306	54	2.267	3	

Fonte: FIBGE, Censo 1980

PEA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE - SERRA 1970 E 1980

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA					
	1970			1980		
	Abs.	% MUNICÍPIO	% ESTADO	Abs.	% MUNICÍPIO	% ESTADO
TOTAL	4.614	100	1	30.002	100	4
Primário	1.819	39	1	1.678	6	1
Secundário	995	22	2	14.252	47	9
Terciário	1.338	29	1	12.214	41	4
Outras atividades	462	10	3	1.018	3	6
Procurando trabalho	-	-	-	820	3	6

IJSN - Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo.

SERRA - 1985

Total de empregos: 42.724

Total de moradores empregados: 32.253

- Estes dados indicam que o município recebia um fluxo diário de trabalhadores.

Total de vagas na rede escolar: 31.150

Total de moradores estudantes: 35.372

- Estes dados indicam a emigração diária de estudantes para outros municípios

Pesquisa realizada em 1985 pela equipe do projeto "Estudos para Definição da Política Habitacional do Estado" - IJSN.

1.3 -

AFONSO CLÁUDIO

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

CURSO PARA CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA

Maria Celia Chaves Ribeiro

Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para candidatos a Vereador do Município de Afonso Cláudio, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um breve histórico da Ocupação do Solo do Espírito Santo, extraído de documento produzido no Instituto Jones dos Santos Neves e por quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município de Afonso Cláudio, e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos para tanto os documentos:

- (1) ROCHA, Leila Verônica da. **Afonso Cláudio: uma comunidade de descobre que tem soluções.** Projeto Graduação II, Curso de Arquitetura - UFES. Vitória, 1986.
- (2) ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. **Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa I - Vitória - Relatório Preliminar.** Vitória, 1985. V.1.
- (3) ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. **Planejamento Regional - Região 1 - Vitória.** Vitória, 1981. V.1.

## BREVE HISTÓRICO <sup>1</sup>

---

A colonização do Espírito Santo iniciou-se a partir da Região de Vitória, particularmente a partir dos portos abrigados do litoral regional.

Apesar do primeiro desembarque no Espírito Santo ter se verificado no primórdios da colonização do Brasil, diversos fatores obstaram a rápida e efetiva ocupação do interior do Estado, dentre os quais destacam-se: região serrana íngreme, bastante próxima do litoral, condicionada a pouca navegabilidade dos rios, não permitindo a penetração para o interior via navegação (o principal meio de transporte da época), a pujança da floresta tropical, que se estendia interior adentro a partir das praias do litoral, constituindo uma emaranhada e intrincada barreira natural; doenças tropicais desconhecidas, a aguerrida defesa do território pelos primitivos habitantes (as necessidades de defesa do litoral dos constantes ataques de corsários); e, a expressa proibição do Governo Geral de abrir estradas para o interior, visando impedir acesso às minas de ouro e, conseqüentemente, evasão do nobre metal.

Os primeiros tempos foram de dificuldades e o empreendimento colonizador por diversas vezes esteve à beira do fracasso total. A guerra com os habitantes da terra - Goitacazes, Puris, Tupiniquins e os valentes Botocudos - manteve os colonizadores, por muito tempo, imobilizados no litoral.

A extração de madeiras nobres, desde o pau-brasil, até as madeiras utilizadas na construção naval e civil, foram as primeiras atividades econômicas da então Capitania do Espírito Santo, instalada na atual Região de Vitória.

---

<sup>1</sup> in ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. Planejamento regional - região 1 - Vitória - Estudos Básicos. Vitória, 1981. v.1.

A produção de açúcar, iniciada tão logo foi possível a abertura das primeiras clareiras, consolidou-se a partir dos trabalhos de pacificação dos Índios, desenvolvido pelos Jesuítas, e manteve-se como principal atividade à custa do braço escravo. Contudo, somente o ciclo do açúcar não foi capaz de propiciar a efetiva ocupação do interior estadual, nem tão pouco, de estimular um substancial crescimento populacional, (as minas de ouro e pedras preciosas exerciam bem mais forte atração sobre os aventureiros imigrantes que o rotineiro trabalho agrícola).

Essa situação perdurou até o período das emigrações planejadas pelo poder governamental, que iniciaram-se no início do século passado (1812), com a chegada da leva de açorianos, que se instalaram na colônia de Viana. A partir de meados do século passado, a imigração de europeus italianos, alemães, holandeses, suíços e outros, e a introdução da cafeicultura no Estado possibilitaram a penetração para o interior e o estabelecimento das primeiras colônias de imigrantes: Santa Izabel, Santa Leopoldina, Matilde, Santa Tereza e outras.

Assim, o café, que substituiu a cana-de-açúcar como principal produto, permitiu a colonização e ocupação da zona serrana do interior da Região, estabelecendo a base de sustentação econômica de um crescimento demográfico firme, até meados do atual século.

A grande dependência, tanto da economia estadual como da economia regional, da monocultura do café, fez com que a região, particularmente a cidade de Vitória, sofresse profundas modificações, em decorrência das crises verificadas no setor cafeeiro.

O efeito do declínio da cafeicultura e particularmente do programa de

erradicação de cafezais, promovido pelo Governo Federal na década de 60, provocou na Região um êxodo rural e um acelerado crescimento urbano, principalmente na cidade de Vitória e nas cidades próximas à capital.

O subelevado crescimento demográfico da capital e cidades satélites recente é suficiente, mesmo, para mascarar o êxodo rural ocorrido no interior, quando se examina a Região como um todo homogêneo, no conceito das regiões estaduais.

QUANDRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1855	- Fundação do arraial de São Sebastião do alto Guandu, no local da atual Praça Aderbal Galvão, pelos mineiros Sabino Coimbra de Oliveira, José Luiz, João Bento, Eugênio Costa Silveira e José Gaby, que fugiam da seca no local onde moravam, em busca de terras nas proximidades;	- "Devido ao grande prejuízo ao deixar o povoado (de origem), surgiu o nome do local até hoje conhecido como <b>Arrependimento</b> "; (1) - "Mais tarde outras famílias se instalaram na região, entre as quais o Coronel Ramiro de Barros, Joaquim Galvão e posteriormente o Barão Elias Gastim"; (1)
1888	- Em 17 de setembro o povoado passa a sede do distrito;	- "O atual território de Afonso Cláudio pertenceu primeiramente ao município de Cachoeiro do Itapeminim, tendo sido mais tarde anexado ao da Serra, passando depois a integrar o de Santa Leopoldina"; (1)
1890	- Em 20 de janeiro "é elevado à categoria de Vila, tendo sido criado o município com a denominação de Afonso Cláudio, em homenagem ao 1º governador republicano e Jurisconsulto do Espírito Santo Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosas"; (1)	- A instalação do município ocorre em 20 de janeiro de 1891, com sede transferida para a povoação de Santa Joana, voltando para Afonso Cláudio depois de muita luta;
1892	- Criação da comarca de Afonso Cláudio, sendo o Dr. Francisco de Paulo Wanderley seu primeiro Juiz de direito;	
1907	- Em 22 de novembro Afonso Cláudio passa à categoria de cidade;	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Até 1928	- Até esta data, a produção do café era levada por terra até Santa Leopoldina onde era embarcada e ia até Vitória pelo rio Santa Maria da Vitória, navegável no período até o estuário de Vitória;	- Não possuindo serviços mais especializados, a população utilizava os serviços de Cachoeiro do Itapemirim;
1929	- Construção, a partir desta data, das estradas de rodagem BR 262 e ES 165;	- Favorecida a ligação entre Afonso Cláudio e Vitória, aquele município deixa de ser polarizado por Cachoeiro do Itapemirim, que cede lugar para Vitória;
	- Crise mundial de 1929/30 não causa efeitos profundos na produção cafeeira do Espírito Santo, mantendo Vitória um nível estável nas exportações durante a depressão;	
	- Entre as décadas de 20 e 40 ocorre na região central desmembramento das grandes propriedades e latifúndios;	- A divisão das propriedades ocorre devido a heranças, falta de mão-de-obra nas imediações, etc;
Final década 50	- Café continua sendo a cultura comercial mais importante;	- Cai o rendimento da terra devido ao uso contínuo do solo agrícola;
Década de 60	- Programa de crédito rural incentiva a modernização da agricultura brasileira e em 1967 inicia liberação de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural;	- Produtor rural passa a depender de insumos modernos como corretivo; fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas, etc;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1962 a 1967	- Política federal incentiva a erradicação dos cafezais improdutivo <u>s</u> ;	- Diferentemente do norte do Estado, onde a erradicação dos cafezais acelerou um processo violento de concentração da posse da terra e expulsão da população rural, reforçada ou viabilizada por estímulos creditícios que ampliaram a área ocupada pela pecuária, e facilitaram a penetração subsidiada do capital agrícola industrial, desenvolvendo grandes extensões com o cultivo do eucalipto", na região central, de relevo acidentado, o que dificulta a mecanização da produção em grande escala, a situação foi diferente: não houve desestruturação das propriedades familiares existentes, embora tenha ocorrido elevada redução da área colhida e do efetivo cafeeiro;(2)
Final década de 60	- Introdução de outras culturas como a da banana e as lavouras de subsistência;	- Entre 1960 e 1970 ocorreu uma desconcentração da terra, possivelmente pela dificuldade de se manter uma propriedade debilitada pela grande diminuição do efetivo cafeeiro, atividade que sustentava as unidades familiares;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 70	- Política agrícola nacional incentivou a modernização tecnológica;	- Ocorre um aumento da produtividade das culturas de café e banana na região, com o uso de produtos químicos como fertilizantes e defensivos. Em 1980 Afonso Cláudio é um dos maiores usuários de fertilizantes da região (76,4% dos estabelecimentos agrícolas fazem uso dos mesmos);(2)
Depois de 1975	- Café passa a receber incentivos creditícios voltados para o plantio racional e é beneficiado pela elevação dos preços;	- Prevalece a estrutura da propriedade de com base no trabalho familiar, entretanto "mais integrada ao mercado, tanto pela intermediação financeira, quanto pela dependência e utilização de pacotes tecnológicos (especialmente insumos químicos). Isto mostra a dependência do produtor para com o capital";(2)  - "Deve ter sido em torno dos anos 70 que o agente mercantil das pequenas propriedades, com relação de trabalho familiar, deixa de ser o próprio proprietário comercializando o excedente agrícola de uma produção voltada para a subsistência, e passa a ser um intermediário, e o excedente da produção entra no circuito de re

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 80	- Ocorre uma tendência à diminuição da quantidade produzida de banana, devido aos baixos preços conseguidos, ao alto dispêndio com aquisição de fertilizantes e outros implementos, e à incidência de doenças nesta lavoura;	<p>produção do capital urbano-industrial. Passam a existir práticas comerciais com diferentes cadeias de intermediação causando uma redução dos preços recebidos pelos produtores e elevação dos preços pagos pelos consumidores";(2)</p> <p>- Atualmente Afonso Cláudio possui os serviços básicos necessários à população do município, polariza todos os seus distritos, com exceção de Brejetuba e Sobreiro que, devido à proximidade, são polarizados por Venda Nova e Colatina;</p> <p>- A sede do município é o ponto de recepção da produção cafeeira, donde é encaminhada para Vitória, assegurando a reprodução parcial do capital local; a sede também abriga parte dos migrantes oriundos da vizinhança, e funciona como centro distribuidor de mercadorias;</p> <p>- A maior parte do capital gerado pelo café é aplicada fora do município por este não possuir infra-es</p> <p style="text-align: right;">Continua</p>

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
estrutura para grandes investimentos.		

Bibliografia:

- (1) ROCHA, Leila Verônica de. **Afonso Cláudio: uma comunidade descobre que tem soluções.** Projeto Graduação II, curso de arquitetura-UFES. Vitória, 1986.
- (2) ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. **Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa I - Vitória - Relatório Preliminar.** Vitória, 1985. v.1.
- (3) ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. **Planejamento Regional - Região I - Vitória.** Vitória, 1981. v.1.

Total Geral de Matrícula de 1º Grau no Município - 8.856 alunos  
 Capacidade Instalada do Município - 11.925 alunos

1. ZONA URBANA

AFONSO CLÁUDIO	SEDE	1ª a 4ª	%	5ª a 8ª	%
MATRÍCULA TOTAL	1721	1125	65	596	35
CAPACIDADE INSTALADA	2786				

2. ZONA RURAL

AFONSO CLÁUDIO (RURAL) COMPL. ESCOLARES		1ª a 4ª	%	5ª a 8ª	%
MATRÍCULA TOTAL	7135	6459	90	676	10
CAPACIDADE	9139				

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves  
 Programa de Planejamento da Rede Escolar. Estudo da Oferta e Demanda Escolares do Estado do Espírito Santo - Atendimento de 1º grau - Município de Afonso Cláudio. Vitória. v.1.

Evolução populacional do Município de Afonso Cláudio - IBGE

1940	1950	1960	1970	1980	1991
33.430	38.517	46.242	47.383	48.290	39.984

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO

60

CLASSES DE ÁREAS	Nº DE ESTABELECIMENTO		ÁREA	
	Nº	%	Nº	%
< 10	640	17,15	4.184	2,83
10 - 100	2.847	76,31	97.210	65,86
100 - 1.000	244	6,54	46.200	31,30
1.000 - 10.000	-	-	-	-
>10.000	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.731</b>	<b>100,00</b>	<b>147.594</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Espírito Santo - 1980.

CONDIÇÕES DO PRODUTOR DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTO		ÁREA	
	Nº	%	Nº	%
Proprietário	3.422	91,72	139.615	94,99
Arrendatário	14	0,33	540	0,37
Parceiro	15	0,40	590	0,40
Ocupante	276	7,40	6,19	420
Sem Declaração	4	0,11	650	0,44
<b>TOTAL</b>	<b>3.731</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Espírito Santo - 1980.

1.4 -

ARACRUZ

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para pré-candidatos a vereador do município de Aracruz, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município de Aracruz e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos para tanto os documentos: **Planejamento Regional, região 4 - Linhares**, volume I e II - **Estudos Básicos** elaborado no Instituto Jones dos Santos Neves e **Coleção de Monografias Municipais, nova série - nº 325** da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

DATA	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO A OCUPAÇÃO DO SOLO
1556	- Pe Bras Lourenço, auxiliado pelo P. Diogo Jácome fundou um núcleo de catequese, atráindo várias tribos, inclusive os termiminos que habitavam a região;	- Até meados do século XIX a principal cultura do Espírito Santo é o açúcar;
1837	- Criação do distrito de Aldeia Velha;	- A partir da segunda metade do século XIX o café é introduzido no estado a partir do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atin-gindo o norte do Estado quando a ferrovia Vitória/Minas chēga a Colatina;
1848	- Criação do município com o nome de Santa Cruz, cujo território foi desmembrado de Nova Almeida;	- O norte do Espírito Santo encontra-se isolado do sul até que sejam construídas a estrada de ferro Vitória/Minas e a BR-101.
1903	- Início da construção da Rodovia Vitória/ Minas;	
1943	- Alteração do nome para Aracruz;	
a 1963 1968	- Política de erradicação de cafezais; . política agrícola federal privilegia grandes empreendimentos viáveis em grandes propriedades;	- Inexistência de políticas alternativas para substituir cafezais nas pequenas propriedades as inviabilizou, levando um grande número de agricultores a migrarem para centros urbanos a procura de emprego;
1970	- Inicia-se período de incentivos ao reflorestamento com decreto lei que permitia pessoas jurídica aplicar parcela do imposto de renda em projetos alheios de reflorestamento;	- As médias e grandes propriedades substituem a cultura cafeeira pela atividade pecuária, principalmente a partir de 1970/75 quando se criam incentivos federais à pecuarização;  - No final dos anos 60 e nos anos 70 acentua a concentração da terra, para formação de grandes propriedades voltadas para o plantio de eucaliptos, (matéria-prima para produção de pasta de celulose e carvão vegetal);

Continuação

DATA	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO A OCUPAÇÃO DO SOLO
1965	<p>- É criado o código florestal pela lei 4771, obrigando os empreendimentos agropecuários e industriais a repor matas proporcionalmente à retirada de material lenhoso das florestas no praxo de 5 a 10 anos;</p> <p>A lei 5.106 o reforça com incentivos fiscais;</p>	<p>- Entre 1970 e 1975 desaparecem 518 estabelecimentos agrícolas e outros 480 no quinquênio seguinte;</p> <p>- Diminuem as áreas destinadas às lavouras de subsistência e há redução da população rural entre 1960 e 1970, e na década seguinte, há inversão deste quadro;</p> <p>- É implantada a Aracruz Celulose, a maior agroindústria do Estado. Produz 100% da matéria-prima que processa, possui fábrica de insumos e de celulose, além de ações de um porto especializado em exportação de celulose;</p>
1975	<p>Em 1975 o Decreto lei nº 10 prevê punição não mais concedendo guias, para consumo de carvão vegetal às empresas que não obedecerem à lei, entretanto, suspende a cobrança por 1 ano;</p>	<p>- Modifica-se o objetivo da atividade agrícola, antes voltado para a manutenção e reprodução do estabelecimento agrícola, agora, visa o lucro e a acumulação de capital (visão empresarial);</p>
1979	<p>Criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FUNDAGRO), para o qual as empresas contribuiriam com 10% do valor correspondente ao gasto na compra de carvão ao invés de realizarem reflorestamento.</p>	<p>- Grande empreendimento utiliza mão-de-obra assalariada, necessita de farta oferta de trabalhadores sem meios de produção de forma a pressionar para baixo a sua remuneração;</p> <p>- A oferta de trabalhadores decorre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) em parte da extinção parcial dos pequenos estabelecimentos rurais, e transformação da mão-de-obra familiar e de parceria em assalariados permanentes e temporários, (estes trabalhando em empreiteiras que contratam serviços com as reflorestadoras), e bóias-frias ou diaristas;</li> <li>2) em parte atraídos por propaganda de outros locais do Espírito Santo, Minas e Sul da Bahia;</li> </ol> <p>- Parcela dos trabalhadores disponíveis têm no subemprego sua ocupação principal</p>

POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

MUNICÍPIOS/DISTRITOS	1970			1980			1991
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
. Aracruz	26.507	8.262	18.245	35.797	27.444	8.353	52.424
. Aracruz (Sede)	6.577	5.561	1.016	14.780	14.151	629	-
. Guaraná	6.501	1.186	5.315	7.417	4.871	2.546	-
. Riacho	8.474	938	7.536	5.952	3.571	2.381	-
. Santa Cruz	4.955	577	4.378	7.648	4.851	2.797	-

Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 1980

ÁREA DE REFLORESTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ - 1980

ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL REFLORESTAMENTE	ÁREA DE REFLORESTAMENTO ÁREA EST. %
105.253	38.850	37

Fonte: Sinopse preliminar do senso agropecuário de 1980 e Relatório anual do IBDF, 1982.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ POR ÁREA COLHIDA SEGUNDO A QUANTIDADE E O PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO - 1981

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS	ÁREA COLHIDA EM ha	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
		QUANTIDADE (t)	VALOR %
Total	3.508	-	100
Abacaxi <sup>1</sup>	250	5.000	46,6
Feijão	825	448	14,7
Mandioca	500	8.500	10,5
Café	618	420	6,9
Milho	500	750	5,8
Outros <sup>2</sup>	815	-	15,5

<sup>1</sup>Quantidade em 1000 frutos

<sup>2</sup>Em outros incluem-se: arroz, cana-de-açúcar, cana forrageira, gorgo granífero, abacate, banana, coco da baía, laranja, li mão, mamão e tangerina.

Fonte: IBGE: Coleção de Monografias Municipais, Nova Série - nº 325.

## EVOLUÇÃO DO EFETIVO BOVINO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

MUNICÍPIOS \ ANOS	60	70	75	80
Aracruz	13.010	20.688	37.899	40.821

Fonte: Censos Agropecuários de 60,70,75 e Sinopse Preliminar do Censo de 80 - FIBGE

1.5 -

BOM JESUS DO NORTE

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE  
CURSO PARA PRÉ-CANDIDADOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do Curso para Candidatos a Vereador do município de Bom Jesus do Norte, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura Sócio-Econômica deste Município. Seu conteúdo é composto por dois quadros resumos do desenvolvimento urbano e Sócio-Econômico, um do Estado do Espírito Santo e o outro do município de Bom Jesus do Norte, cópias das transparências elaboradas para uso em aula, e tabelas e trechos do documento "**Relatório Municipal de Bom Jesus do Norte**", do Instituto Jones dos Santos Neves, elaborado pelo Renato de Castro Gama e outros.

Os quadros resumos foram elaborados a partir do documento "**Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão preliminar), o Sul do Estado**", no Instituto Jones dos Santos Neves.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE<sup>(1)</sup>

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Meados do Séc. XIX	- Mineiros e fluminenses chegam ao vale do rio Itabapoana em busca de novas terras para o plantio do café;	- Inicia-se o povoamento do vale do rio Itabapoana;
1855	- Em 7 de novembro é fundado o arraial de São José do Calçado pelos sertanistas Marciano Lúcio, caboclo Valério, José Francisco Furtado de Mello, José Lino da Silveira e outros, em área doada pelo Coronel José Dutra Nicácio;	- O crescimento da região se acentua com a expansão do café;
1871	- É criada a freguesia de São José do calçado, subordinada a Cachoeiro;	- "O núcleo urbano ainda diminuto asentava-se sobre a égide de uma economia forte, em consequência da produção rural, especialmente do café";
1890	- Em 11 de novembro é criado o município de São José do Calçado, que se instalou em 15 de março de 1891, desligando-se de Cachoeiro;	
Final Séc. XIX e Início do XX	- Chegam à região italianos, que substituem a mão-de-obra escrava;	- O desenvolvimento econômico do município é contido com a decadência do café;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação Relatório Nº 1 (Versão Preliminar), o Sul do Estado", do Instituto Jones dos Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanchoatene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÔES E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1963	- Em 27 de março o povoado de Bom Jesus do Norte, desmembra-se de São José do Castelo, transformando-se em Município.	- "A origem do povoado, que se tornou sede do Município, prende-se à estação ferroviária da Viação Ferréa Itabapoana. Esta estrada partia da ponte do Itabapoana, onde conectava com a estrada de Ferro Leopoldina, cruzava Apiacá e se dirigia a São José do Calçado.  Mas razões econômicas, como a queda do café, e o surgimento das estradas de rodagem, fizeram com que a Viação Ferro do Itabapoana não prosseguisse sua estação final".

Evolução populacional do município de Bom Jesus do Norte - IBGE

1970	1900	1991
5.190	6.572	7.962

## ESTRUTURA AGRÁRIA

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- a) S̄o existe uma ũnica propriedade, no municĩpio, com superfĩcie contĩgua superior a 500ha;
- b) Prevalece como *condiçāo de produtor* a de proprietārio individual. Porẽm, na pecuāria ocorre o arrendamento da terra;
- c) Na bovinocultura leiteira, o maior nũmero de estabelecimentos estā situado no intervalo de 0 a 100ha, sendo que a ārea mĩnima necessāria para ingressar nesta atividade ě de 30ha;
- d) Jā na bovinocultura de corte, o maior nũmero de estabelecimentos estā situado no intervalo de 100 a 500ha, sendo que a ārea mĩnima necessaria ě de 40/50ha;
- e) No cafē, o maior nũmero de estabelecimentos insere-se na faixa de 20 a 60ha, sendo que a ārea mĩnima necessāria ě em torno de 4/5ha. Apesar de relativamente elevado o n̄ de estabelecimentos abaixo dos 20ha, a maior ārea plantada (20ha) - efetiva-se num estabelecimento de 150ha.

Reportando-se aos dados do Censo Agropecuārio 1980, pode-se ter as seguintes considerações:

- a) O nũmero de estabelecimentos com atē 100ha significa 80% do total, ainda que em termos de ārea signifique 38,28% da ārea total. De maneira inversa, os 10 estabelecimentos acima de 100ha, representando 20% do total, correspondem a 45,94% da ārea. Dos 80% de estabelecimentos com ārea atē 100ha, 51% estāo concentrados no intervalo de 20 a 100ha, subdividido em proporçāo igual nos subintervalos 20/50ha, 50-100ha;

b) No único setor de produção do município, o da bovinocultura, esta análise de estrutura fundiária deve ser preenchida de um seccionamento em dois sub-setores, de tal forma que este se aproxime dos setores censitários. Para tanto, basta considerar o sentido sudoeste - nordeste, detendo-se na porção intermediária da superfície do município, onde as linhas demarcatórias das divisas inter-municipais mais se aproximam. Neste ponto conforma-se um afunilamento suave que prossegue em direção à divisa com São José do Calçado. A nordeste deste ponto tem-se um sub-setor da bovinocultura (1A) aproximadamente equivalente ao setor censitário 06 e, a sudoeste o (1B) equivalente ao setor censitário 05.

No sub-setor 1A, assumem posição de destaque os estabelecimentos de 05 - 100ha, posto que são dominantes tanto em termos de número, quanto da participação na área. Mas como em termo de participação na área, o estrato superior a 150ha é subdominante e, levando em conta o bolsão de café incrustado neste sub-setor, bem como o fato de nele a pecuária ser de corte, pode-se levantar a hipótese de que esta subdominância venha a ser dominante se considerássemos a bovinocultura, ou seja, se diferenciásse através de pesquisa a estrutura fundiária por cultura principal e/ou bolsão.

No sub-setor 1B, onde a bovinocultura leiteira assume proveniência com acentuada relevância, predominam os estabelecimentos de 10-50ha (sendo os 10-20ha subdominantes) adotando-se como critério a participação do número de estabelecimentos cada estrato no total do município. Ao contrário do sub-setor 1B, a participação na área é de dominância exclusiva dos estabelecimentos superiores a 150ha.

No intuito de aclarar a *condição do produtor* em relação a *condição de proprietário* das terras dos estabelecimentos, torna-se necessário se valer dos dados do Quadro 06.

Eles revelam que na *condição do proprietário*, vigora a categoria de proprietário individual com uma participação contundente de aproximadamente 98%. De maneira marginal, segue a categoria dos arrendatários, todos três localizados no sub-setor 1B.

LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS  
MUNICÍPIO: BOM JESUS DO NORTE

CULTURA	TIPO DE TERRENO	ROTAÇÃO E/OU CONSORCIAÇÃO (R OU C)
1. BOVINOCULTURA	Região baixa, com ondulação	
2. CAFÉ	Encostas	
3. ARROZ	Várzea úmida	Com boi (R)
4. FEIJÃO	Encostas	Com milho (R) (C)
5. MILHO	Encostas/Várzea Seca	Com feijão (R) (C)
6. TOMATE E OLERICULTURA (Repolho, Pimentão, Giló, Alface etc.)	Baixadas secas irrigáveis	Entre olerícolas (R)

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PRODUTOR E RELAÇÕES DE TRABALHO

MUNICÍPIO: BOM JESUS DO NORTE

ESTRATO (em ha)	0 - 100		100 - 500		+ 500	
	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
1. BOVINOCULTURA	Proprietário Individual Arrendamento	Mão-de-obra familiar Assalariado permanente Assalariado temporário	Proprietário Individual	Assalariado permanente Assalariado porário	Proprietário Individual	Assalariado permanente Assalariado porário
2. CAFÉ	Proprietário Individual	Mão-de-obra familiar Parceria Assalariado temporário				
3. MILHO		Parceria		Parceria		Parceria
4. FEIJÃO		Parceria		Parceria		Parceria
5. ARROZ		Parceria		Parceria		Parceria

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO  
MUNICÍPIO DE: BOM JESUS DO NORTE

CULTURA	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
			TIPO	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	
1. BOVINO		Aração (gradagem)	Selecionadas	Manual	Roçadas				
2. CAFÉ		Manual	Não		Manual	Sim	Não existe	Manual (orgânica e química)	Manual
3. ARROZ	Não frequente	Tração Animal	Não selecionada	Manual	Manual	Não usa	Não	Não	Manual
4. MILHO	Não	10% mecanizada 20%	Sim (Ag. Cargil, Mogiano)	Não	Manual	Incidência pequena de praga	Não	40 a 50% fazem	Manual
5. FEIJÃO (Fev./Set.)	Não	Na área de café não há mecaniz.	20% selec.	Manual	Manual	Inc.peq.	Não	Química e Orgânica (50%)	Manual
6. TOMATE	Não	Trata	Sem.selec.	Não	Manual	Pesticida	Sim	Química e Orgânica	Manual

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

SETORES DE PRODUÇÃO

MUNICÍPIO DE: BOM JESUS DO NORTE

SETOR DE PRODUÇÃO Nº	CULTURAS				OBSERVAÇÕES
	PRINCIPAL (P)	SECUNDÁRIA (S)	SUBSISTÊNCIA (SB)	BOLSÕES (B)	
1	Bovinocultura				Café, Milho, Feijão I(1) Café, Milho, Feijão II(1)

FONTE: Escritório Local da EMATER - Dez/81.

(1) Existem no Município 2 Bolsões de Café, Milho, Feijão, sendo localizado o Bolsão Café, Milho, Feijão I ao norte e o Bolsão Café, Milho, Feijão II numa Região Central do Município.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1535	- Chegada de Vasco Fernandes Coutinho à capitania;	- Até mais ou menos 1850 "O Espírito Santo manteve presente uma desordem administrativa que o impediu de propor caminhos rumo ao crescimento econômico", consolidando sua condição periférica dependente do Rio de Janeiro;
SÉC XVIII	- Ciclo do ouro	- "Proibição pelas autoridades, de excursões ao interior do E.S., transformando esse espaço num forte de defesa natural às penetrações à região mineira";
a 1815 1817	- Construção da estrada do Rubim ligando Vila Rica (Ouro Preto) a Vitória;	- Espírito Santo passou ao largo dos ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro;  - o cultivo da cana-de-açúcar pouco impulsionaria economia local, consolidando-se com a participação dos jesuítas, permanecendo até a introdução do café, encerrando seu ciclo na abolição da escravidão;  - a população local era reduzida, localizando-se basicamente no litoral, os recursos monetários eram empregados na guerra contra os índios;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº1 (versão preliminar), o sul do Estado" do Instituto Jones Santos Neves, elaborado por Fernando Sanchotene e outros.

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
a 1850 1950	- Ciclo do café	- a mão-de-obra escrava é substituída pela dos imigrantes europeus liberados pela expansão capitalista na Europa; entre 1854 e 1900 chegaram ao E.S 60.000 famílias de imigrantes, 45.000 italianas e o restante alemães, austríacas, suíças luxemburguesas e holandesas;
Final Séc XIX e início Sec XX	- Acentua-se a ocupação do território do Estado marcada pelo desmatamento e desaparecimento dos índios;	
início Séc XX	- filhos dos primeiros imigrantes migram internamente em busca de terras para assentarem fazendas, consolidando a ocupação do interior do Estado;	- o café, que chegou a ser o responsável por 80% da receita estadual, possibilitou a urbanização das principais cidades do Estado, a formação da classe social dos "barões do café". a ascensão ao poder estadual, o suporte à formação de um processo incipiente de industrialização e definição de uma infraestrutura estadual;
1904	- implantação da Estrada de Ferro Vitória à Minas;	- "O restante da renda estadual advinha de produtos como a madeira, o milho e, a partir de 1910, produtos têxteis fabricados em escala reduzida";
1930	- Construção do Porto de Vitória;	
1942	- Inauguração da CVRD em Cariacica;	
1946	- Implantação da Companhia Ferro e Aço de Vitória;	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1950	- declínio vertiginoso da <u>café</u> cultura;	- consequência da ferrugem, desestímulo do governo federal e queda do preço no mercado internacional;
a 1963 1968	- política de erradicação de <u>café</u> zais;  - política agrícola federal <u>pr</u> ivilegia grandes empreendimentos <u>viáveis</u> em grandes <u>propriedades</u> ;	- ocorre no "momento em que se procurava implantar, no Brasil, um processo de industrialização", e se assistia a um acelerado processo de urbanização, <u>expansão</u> dos transportes e comunicações;
1965	- É criado o código florestal <u>pe</u> la lei 4.771 obrigando os <u>emp</u> reendimentos agropecuários e <u>in</u> dustriais a repor matas <u>propor</u> cionalmente à retirada de <u>mate</u> rial lenhoso das florestas ( <u>car</u> vão vegetal) no prazo de 5 a 10 anos;	- inexistência de políticas para <u>substi</u> tuir <u>café</u> zais nas pequenas <u>propriedades</u> as inviabilizou, levando um grande <u>nú</u> mero de agricultores a migrarem <u>pará</u> centros urbanos a procura de emprego;
1969	- Decreto Lei nº 880 de 18 de <u>se</u> tembro concede incentivos <u>fis</u> cais ao Espírito Santo;	- "Começava assim a busca de alternativas de um processo de industrialização do Espírito Santo. O meio utilizado foi a atração de investimentos federais e estrangeiros, a partir dos efeitos <u>mul</u> tiplicadores desencadeados pela <u>Compã</u> nhia Vale do Rio Doce, visando dar a <u>dimensão</u> de estado industrializado ao Espírito Santo;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 60	- Ocupação das terras virgens ao norte do Espírito Santo e penetração do café;	- O mais intenso movimento migratório já registrado no Espírito Santo, em torno de 200 mil pessoas vieram de outras unidades de federação e um número semelhante mobilizou-se no interior do Estado.
1970	- Inicia-se período de incentivos ao reflorestamento com decreto lei que permitia pessoas jurídicas aplicar parcela do imposto de renda em projetos alheios de reflorestamento;	
1970	- Criação de incentivos fiscais à pecuarização;	
Década de 70/80	- Implantação de grandes Projetos Porto de Tubarão, CIVIT, CST, Aracruz Celulose.	

1.6 -

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA DO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para candidatos a vereador do município de Cachoeiro de Itapemirim, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo de desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos como fontes de referência os seguintes documentos: Projeto Pesquisa e Documentação, relatório nº1, O Sul do Estado; Planejamento Regional, região 4- Linhares, Volume 1 e 2 e região programa V - Cachoeiro de Itapemirim, elaborados no Instituto Jones dos Santos Neves e Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM<sup>1</sup>

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Séc. XVIII	- Região desabitada de brancos e sob domínio dos índios Puris;	- Apenas alguns mineradores aventuravam-se com destino a Castelo; - Surgimento, no final do século, de poucas fazendas, principalmente próximas ao pico Itabuna;
1816	- Construção, por ordem do governador do ES Francisco Alberto Rubim, do quartel da Barca, com destacamento policial para impedir ataque indígena, no local onde hoje se instala Cachoeiro do Itapemirim; - Construção, neste período de 2 estradas saindo do quartel, uma até o porto de Piúma e outra até o quartel Boa Vista em Muribeca;	- Expansão das propriedades dos fazendeiros, da região do baixo Itapemirim, até o início das cachoeiras ou corredeiras deste rio, viabilizada pela força policial contra os índios locais; - Formação de um triângulo de proteção aos fazendeiros, sendo as estradas patrulhadas continuamente;
1820	- Expedição de Manoel José Esteves Lima, com 72 pessoas, de Mariana-MG, ao litoral do ES, passando ao sul da Estrada do Rubim e pelo vale do Itapemirim; - Criação, neste época, de dois novos quartéis: Duas Barras, no encontro do rio Itapemirim com o Castelo, e o de Aquidaba, em frente à ilha da luz;	- Abertura de caminho a novos povoadores do Vale do Itapemirim que estabeleceram algumas fazendas que vieram, posteriormente, originar núcleos urbanos; - Surge um povoado na margem sul do rio Itapemirim, onde hoje é o bairro de Baíminas, protegido pelos 3 quartéis, em função das fazendas locais (a primeira casa deste povoado data de 1846);

Continua

<sup>1</sup>As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão Preliminar), o Sul do Estado" do Instituto JOnes dos Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanhotene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÔES E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1840 a 1860	- Ocupação definitiva da região por fazendeiros;	- Expansão por todo o vale da cultura do café;  - O povoado se transforma no centro do escoamento do café, por via fluvial, até o porto de Itapemirim atraindo comerciantes profissionais liberais, educadores e outros;
1856	- Criação da freguesia de São Pedro do Cachoeiro, subordinada à Vila de Itapemirim, pela Lei Provincial nº 11;	
1867	- Em 25 de março Cachoeiro do Itapemirim é transformado em município independente de Itapemirim, com território atingindo as fronteiras com Minas Gerais;	- Transformação de Cachoeiro de Itapemirim <b>"no principal polo de convergência econômica e populacional do sul do Espírito Santo"</b> ;  - Participação ativa do município no momento abolicionista e na campanha republicana;
1887	- Inauguração da Estrada de Ferro Caravelas, primeira ferrovia do Espírito Santo, proposta em 1872 pelo dep. Basílio Calmon, ligando Cachoeiro (ponto final da navegação pelo rio Itapemirim) a Pombal (hoje Rive), atendendo a região de Alegre e com ramal até Castelo;	- Consolida a posição estratégica da cidade como polo regional;
1894	- Instalação do município Rio Novo do Sul, obtendo título de cidade em 11/12/1938;	

continua

Continuação

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1903	- Ligação entre Cachoeiro e Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Leopoldina.	- Enfatiza relacionamento econômico e social com o Rio de Janeiro;
	- Em 1º de novembro é instalado o primeiro sistema de iluminação elétrica do Espírito Santo;	- Viabiliza instalações industriais;
(1908-1912) Gov. Jerônimo Monteiro	- O município sedia um polo industrial;	- Instalação de fábrica de cimento, tecido, papel, óleo, serraria e usina de açúcar;
1910	- Estrada de Ferro Leopoldina liga Cachoeiro ao Rio de Janeiro;	- O polo industrial em formação garantiu estabilidade ao município nos períodos de crise do café;
1911	- Criação do Município de Muqui em 22/10 pela Lei nº 826 e instalação em 01/11/1912;	
1920	- Estrada de Ferro Itapemirim liga Cachoeiro ao porto de Itapemirim;	- Substituição do transporte fluvial impossibilitado pelo açoreamento do rio Itapemirim;
1928	- Emancipação de Castelo em 25/12 e instalação oficial em 07/01/1929, englobando o território do atual município de Conceição do Castelo;	

continua

Continuação

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÔES E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1930 em diante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversificação rápida da economia;</li>   <li>- Era das rodovias, torna Cachoeiro ponto de convergência das mesmas (ES 490 - Marataizes/Atílio Vivacqua, ES 482 - Jerônimo Monteiro/Alegre/Guaçu/Dores do Rio Preto, ES 393 - Muqui/Mimoso do Sul, BR 101.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "O café é secundado por outras culturas, a pela agropecuária", cresce a industrialização nos setores de calcário (cimento, mármore e cal) e no de couro;</li>   <li>- Primeira cidade a ser ligada por rodovia ao Rio de Janeiro, vê enfatizada seu relacionamento com esta cidade;</li>   <li>- O povoamento da região, inicialmente feito por capixabas, fluminenses e mineiros, recebe imigrantes italianos, alemães e árabes.</li> </ul> <p style="margin-left: 40px;">EVOLUÇÃO POPULACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1940 - 72.834 habitantes</li> <li>1950 - 81.082 habitantes</li> <li>1960 - 90.271 habitantes</li> <li>1970 - 100.010 habitantes</li> <li>1980 - 123.699 habitantes</li> <li>1991 - 143.763 habitantes</li> </ul>

1.7 -

CASTELO

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE CASTELO

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR  
PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do Curso para Candidatos a Vereador do Município de Castelo, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste Município. Seu conteúdo é composto por dois quadros resumos do desenvolvimento urbano e sócio-econômico, um do Estado do Espírito Santo e o outro do município de Castelo, cópias das transparências elaboradas para uso em aula, e tabelas e trechos do documento **"Divisão Territorial, Município de Castelo"** versão preliminar, do Instituto Jones dos Santos Neves.

Os quadros resumos foram elaborados a partir do documento **"Projeto Pesquisa e Documentação - Relatório nº 1 (versão preliminar), o Sul do Estado"** do Instituto Jones dos Santos Neves.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1703	- Pedro Bueno Cacunda, burlando a proibição governamental de penetração na área, chega à região com 1 grupo de aventureiros para explorá-la e minerar ouro;	- formação do 1º povoado no interior sul do Estado, "o arraial de Santa Ana, localizado provavelmente onde hoje está a fazenda de povoação, com mais de 200 pessoas, ponto convergente dos mineradores, que se espalharam pelo Centro, Arraial Velho, Salgado, Canudal e Ribeirão do Meio";
1758	- autorização governamental de mineração na região;	- a maioria dos mineradores expulsos do território dos Purís se estabeleceu na foz do rio Itapemirim, dando origem à futura Vila de Itapemirim, voltando o vale do rio Castelo à sua vida primitiva sem a presença de europeus;
1771	- reação fulminante dos índios Purís à contínua invasão/ocupação de seus territórios por elementos alheios à sua cultura;	- expansão das propriedades dos fazendeiros, da região do baixo Itapemirim, até o início das cachoeiras ou corredeiras deste rio, viabilizado pela força policial contra os índios locais;
1816	- Construção, por ordem do governador do E.S Francisco Alberto Rubim, do quartel da Barca, com destacamento policial para impedir ataque indígena, no local onde hoje se instala Cachoeiro do Itapemirim;  - construção, neste período, de 2 estradas saindo do quartel, uma até o porto de Piúma e outra até o quartel da Boa Vista em Muri <u>be</u> ca;	- formação de um triângulo de proteção aos fazendeiros, sendo as estradas patrulhadas continuamente;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão preliminar), o sul do Estado", do Instituto Jones Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanchotene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1817	- Conclusão da Estrada do Rubim, ligando Vitória a Vila Rica (Ouro Preto-MG) com destacamento policial de 3 em 3 léguas;	
1820	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedição de Manuel José Esteves Lima e mais 72 pessoas, de Mariana-MG, ao litoral do E.S, passando pelo sul da estrada do Rubim e pelo Vale do Itapemirim;</li> <li>- criação, nesta época, de 2 novos quartéis: Duas Barras, no encontro do rio Itapemirim com Castelo, e o de Aquidabã, em frente à Ilha da Luz;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- abertura de caminhos a novos povoadores do Vale do Itapemirim que estabeleceram algumas fazendas que posteriormente originaram núcleos urbanos;</li> <li>- surge um povoado na margem sul do rio Itapemirim, onde hoje é o bairro de Baiminas, protegidos pelos 3 quartéis, em função das fazendas locais;</li> </ul>
1840 a 1860	- ocupação definitiva da região de Cachoeiro do Itapemirim por fazendeiros;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- expansão, por todo o vale do Itapemirim, da cultura de café;</li> <li>- o povoado de São Pedro do Cachoeiro do Itapemirim se transforma no centro de escoamento do café, por via fluvial, até o porto do Itapemirim;</li> </ul>
1845	- Efetivação do aldeamento dos índios Purís em Conceição do Castelo, determinado pelo alvará de 1829 (aldeamento imperial Afonsino);	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO -CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1848	- Joaquim Vieira da Cunha Machado, José Vieira Machado e Antônio Vieira Machado da Cunha, provenientes de Itapemirim, instalaram-se na área dos rios Castelo e Caxixi, fundando as fazendas do centro e da Povoação;	- início do processo de ocupação das terras da região, tendo como objetivo o plantio de café; - gradativamente surgem outras fazendas (Prata, Flores, Tres Montes, Pensamento, Desengano, Nogueira, Conquista, Limoeiro, macuco, Monte Alverne, Alpes, Pirineus, etc) abertas por capixabas, fluminenses e mineiros.
1867	- instalação do município de Cachoeiro em 25 de março, com anexação de Castelo;	- Cachoeiro de Itapemirim assume a posição de polo regional, centro de escoamento do café, por via fluvial, ao porto de Itapemirim;
1887	- inauguração da Estrada de Ferro Caravelas, 1ª ferrovia do Espírito Santo, proposta em 1872 pelo deputado Basílio Calmon, ligando Cachoeiro a Pomal (hoje Rive) com ramal até Castelo;	- a Estrada de Ferro Caravelas veio atender a necessidade de transporte dos produtos agrícolas e das utilidades de uso da população do Vale do rio Castelo; - o povoado que deu origem a Castelo se desenvolveu em torno da estação final do ramal ferroviário, a Estação do Castelo;

Continua

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÔES E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1890	- a falta da mão de obra escrava dá início ao processo de recolonização de grandes fazendas abertas por capixabas, mineiros ou fluminenses, e venda em parte para italianos advindos da região do Rio Novo e Alfredo Chaves, de terras semi-abandonadas ou improdutivas;	- o processo de loteamento se iniciou nas fazendas Centros e Povoação, atingindo toda a região onde passou a prevalecer moradores italianos e seus descendentes; - ocorre profunda alteração da estrutura agrária e o fortalecimento econômico da população ;
1928	- Castelo é elevado a distrito de Cachoeiro de Itapemirim;	- o café continuou a ser o principal produto da região, que aumentou a produção de cereais para a subsistência;
1928	- Em 25 de dezembro o Decreto lei 1.687 deu ao distrito de Castelo a categoria de município, que foi instalado em 7 de janeiro de 1929;	- ocorre expansão industrial com o calcário e o mármore;
1964	- em 6 de dezembro é aprovada a emancipação do município de Conceição do Castelo pela Assembléia Legislativa Estadual.	

População do município de Castelo segundo dados dos censos demográficos do IBGE

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
População	33.171	34.409	39.537	25.759	25.879	29.566

Capacidade Instalada do Município

- 11.925 alunos

## 1. ZONA URBANA

AFONSO CLÁUDIO	SEDE	1ª a 4ª	%	5ª a 8ª	%
MATRÍCULA TOTAL	1721	1125	65	596	35
CAPACIDADE INSTALADA	2786				

## 2. ZONA RURAL

AFONSO CLÁUDIO (RURAL) COMPL. ESCOLARES		1ª a 4ª	%	5ª a 8ª	%
MATRÍCULA TOTAL	7135	6459	90	676	10
CAPACIDADE	9139				

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves  
 Programa de Planejamento da Rede Escolar. Estudo da Oferta e Demanda Escolares do Estado do Espírito Santo - Atendimento de 1º grau - Município de Afonso Cláudio. Vitória. v.1.

Evolução populacional do Município de Afonso Cláudio - IBGE

1940	1950	1960	1970	1980	1991
33.430	38.517	46.242	47.383	48.290	39.984

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

60

CLASSES DE ÁREAS	Nº DE ESTABELECIMENTO		ÁREA	
	Nº	%	Nº	%
< 10	640	17,15	4.184	2,83
10 - 100	2.847	76,31	97.210	65,86
100 - 1.000	244	6,54	46.200	31,30
1.000 - 10.000	-	-	-	-
>10.000	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.731</b>	<b>100,00</b>	<b>147.594</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Espírito Santo - 1980.

## O MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTO		ÁREA	
	Nº	%	Nº	%
Proprietário	3.422	91,72	139.615	94,99
Arrendatário	14	0,33	540	0,37
Parceiro	15	0,40	590	0,40
Ocupante	276	7,40	6,19	420
Sem Declaração	4	0,11	650	0,44
<b>TOTAL</b>	<b>3.731</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Espírito Santo - 1980.

1.4 -

ARACRUZ

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para pré-candidatos a vereador do município de Aracruz, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município de Aracruz e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos para tanto os documentos: **Planejamento Regional, região 4 - Linhares**, volume I e II - **Estudos Básicos** elaborado no Instituto Jones dos Santos Neves e **Coleção de Monografias Municipais, nova série - nº 325** da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

DATA	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO A OCUPAÇÃO DO SOLO
1556	- Pe Bras Lourenço, auxiliado pelo P. Diogo Jácome fundou um núcleo de catequese, atrá indo várias tribos, inclusive os termiminos que habitavam a região;	- Até meados do século XIX a principal cultura do Espírito Santo é o açúcar;
1837	- Criação do distrito de Aldeia Velha;	- A partir da segunda metade do século XIX o café é introduzi do no estado a partir do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atin gindo o norte do Estado quando a ferrovia Vitória/Minas che ga a Colatina;
1848	- Criação do município com o nome de Santa Cruz, cujo território foi desmembrado de Nova Almeida;	- O norte do Espírito Santo encontra-se isolado do sul até que sejam construídas a estrada de ferro Vitória/Minas e a BR-101.
1903	- Início da construção da Rodovia Vitória/ Minas;	
1943	- Alteração do nome para Aracruz;	
1963 a 1968	- Política de erradicação de cafezais; . política agrícola federal privilegia grandes empreendimentos viáveis em grandes propriedades;	- Inexistência de políticas alternativas para substituir cafezais nas pequenas propriedades as inviabilizou, levando um grande número de agricultores a migrarem para centros urbanos a procura de emprego;
1970	- Inicia-se período de incentivos ao reflo restamento com decreto lei que permitia pes soas jurídica aplicar parcela do imposto de renda em projetos alheios de reflorestamen to;	- As médias e grandes propriedades substituem a cultura cafeei ra pela atividade pecuária, principalmente a partir de 1970/75 quando se criam incentivos federais à pecuarização;  - No final dos anos 60 e nos anos 70 acentua a concentração da terra, para formação de grandes propriedades voltadas para o plantio de eucaliptos, (matéria-prima para produção de pasta de celulose e carvão vegetal);

Continuação

DATA	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO A OCUPAÇÃO DO SOLO
1965	<p>- É criado o código florestal pela lei 4771, obrigando os empreendimentos agropecuários e industriais a repor matas proporcionalmente à retirada de material lenhoso das florestas no prazo de 5 a 10 anos;</p> <p>A lei 5.106 o reforça com incentivos fiscais;</p>	<p>- Entre 1970 e 1975 desaparecem 518 estabelecimentos agrícolas e outros 480 no quinquênio seguinte;</p> <p>- Diminuem as áreas destinadas às lavouras de subsistência e há redução da população rural entre 1960 e 1970, e na década seguinte, há inversão deste quadro;</p> <p>- É implantada a Aracruz Celulose, a maior agroindústria do Estado. Produz 100% da matéria-prima que processa, possui fábrica de insumos e de celulose, além de ações de um porto especializado em exportação de celulose;</p>
1975	<p>Em 1975 o Decreto lei nº 10 prevê punição não mais concedendo guias, para consumo de carvão vegetal às empresas que não obedecerem à lei, entretanto, suspende a cobrança por 1 ano;</p>	<p>- Modifica-se o objetivo da atividade agrícola, antes voltado para a manutenção e reprodução do estabelecimento agrícola, agora, visa o lucro e a acumulação de capital (visão empresarial);</p>
1979	<p>Criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FUNDAGRO), para o qual as empresas contribuiriam com 10% do valor correspondente ao gasto na compra de carvão ao invés de realizarem reflorestamento.</p>	<p>- Grande empreendimento utiliza mão-de-obra assalariada, necessita de farta oferta de trabalhadores sem meios de produção de forma a pressionar para baixo a sua remuneração;</p> <p>- A oferta de trabalhadores decorre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) em parte da extinção parcial dos pequenos estabelecimentos rurais, e transformação da mão-de-obra familiar e de parceria em assalariados permanentes e temporários, (estes trabalhando em empreiteiras que contratam serviços com as reflorestadas), e bóias-frias ou diaristas;</li> <li>2) em parte atraídos por propaganda de outros locais do Espírito Santo, Minas e Sul da Bahia;</li> </ol> <p>- Parcela dos trabalhadores disponíveis têm no subemprego sua ocupação principal</p>

POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

MUNICÍPIOS/DISTRITOS	1970			1980			1991
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
. Aracruz	26.507	8.262	18.245	35.797	27.444	8.353	52.424
. Aracruz (Sede)	6.577	5.561	1.016	14.780	14.151	629	-
. Guaraná	6.501	1.186	5.315	7.417	4.871	2.546	-
. Riacho	8.474	938	7.536	5.952	3.571	2.381	-
. Santa Cruz	4.955	577	4.378	7.648	4.851	2.797	-

Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 1980

ÁREA DE REFLORESTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ - 1980

ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL REFLORESTAMENTE	ÁREA DE REFLORESTAMENTO ÁREA EST. %
105.253	38.850	37

Fonte: Sinopse preliminar do senso agropecuário de 1980 e Relatório anual do IBDF, 1982.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ POR ÁREA COLHIDA SEGUNDO A QUANTIDADE E O PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO - 1981

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS	ÁREA COLHIDA EM ha	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
		QUANTIDADE (t)	VALOR %
Total	3.508	-	100
Abacaxi <sup>1</sup>	250	5.000	46,6
Feijão	825	448	14,7
Mandioca	500	8.500	10,5
Café	618	420	6,9
Milho	500	750	5,8
Outros <sup>2</sup>	815	-	15,5

<sup>1</sup>Quantidade em 1000 frutos

<sup>2</sup>Em outros incluem-se: arroz, cana-de-açúcar, cana forrageira, gorgo granífero, abacate, banana, coco da baía, laranja, li mão, mamão e tangerina.

Fonte: IBGE: Coleção de Monografias Municipais, Nova Série - nº 325.

## EVOLUÇÃO DO EFETIVO BOVINO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

MUNICÍPIOS \ ANOS	60	70	75	80
Aracruz	13.010	20.688	37.899	40.821

Fonte: Censos Agropecuários de 60,70,75 e Sinopse Preliminar do Censo de 80 - FIBGE

1.5 -

BOM JESUS DO NORTE

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE  
CURSO PARA PRÉ-CANDIDADOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA

Maria Celia Chaves Ribeiro

Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do Curso para Candidatos a Vereador do município de Bom Jesus do Norte, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura Sócio-Econômica deste Município. Seu conteúdo é composto por dois quadros resumos do desenvolvimento urbano e Sócio-Econômico, um do Estado do Espírito Santo e o outro do município de Bom Jesus do Norte, cópias das transparências elaboradas para uso em aula, e tabelas e trechos do documento **"Relatório Municipal de Bom Jesus do Norte"**, do Instituto Jones dos Santos Neves, elaborado pelo Renato de Castro Gama e outros.

Os quadros resumos foram elaborados a partir do documento **"Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão preliminar), o Sul do Estado"**, no Instituto Jones dos Santos Neves.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE<sup>(1)</sup>

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Meados do Séc. XIX	- Mineiros e fluminenses chegam ao vale do rio Itabapoana em busca de novas terras para o plantio do café;	- Inicia-se o povoamento do vale do rio Itabapoana;
1855	- Em 7 de novembro é fundado o arraial de São José do Calçado pelos sertanistas Marciano Lúcio, caboclo Valério, José Francisco Furtado de Mello, José Lino da Silveira e outros, em área doada pelo Coronel José Dutra Nícácio;	- O crescimento da região se acentua com a expansão do café;
1871	- É criada a freguesia de São José do calçado, subordinada a Cachoeiro;	- "O núcleo urbano ainda diminuto asentava-se sobre a égide de uma economia forte, em consequência da produção rural, especialmente do café";
1890	- Em 11 de novembro é criado o município de São José do Calçado, que se instalou em 15 de março de 1891, desligando-se de Cachoeiro;	
Final Séc. XIX e Início do XX	- Chegam à região italianos, que substituem a mão-de-obra escrava;	- O desenvolvimento econômico do município é contido com a decadência do café;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação Relatório Nº 1 (Versão Preliminar), o Sul do Estado", do Instituto Jones dos Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanchotene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1963	- Em 27 de março o povoado de Bom Jesus do Norte, desmembra-se de São José do Castelo, transformando-se em Município.	- "A origem do povoado, que se tornou sede do Município, prende-se à estação ferroviária da Viação Ferrêa Iabapoana. Esta estrada partia da ponte do Itabapoana, onde conectava com a estrada de Ferro Leopoldina, cruzava Apiacá e se dirigia a São José do Calçado.  Mas razões econômicas, como a queda do café, e o surgimento das estradas de rodagem, fizeram com que a Viação Ferro do Itabapoana não prosseguisse sua estação final".

Evolução populacional do município de Bom Jesus do Norte - IBGE

1970	1900	1991
5.190	6.572	7.962

## ESTRUTURA AGRÁRIA

---

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- a) Sõ existe uma unica propriedade, no município, com superfície contigua superior a 500ha;
- b) Prevalece como *condição de produtor* a de proprietário individual. Porêm, na pecuária ocorre o arrendamento da terra;
- c) Na bovinocultura leiteira, o maior número de estabelecimentos está situado no intervalo de 0 a 100ha, sendo que a área mínima necessária para ingressar nesta atividade é de 30ha;
- d) Já na bovinocultura de corte, o maior número de estabelecimentos está situado no intervalo de 100 a 500ha, sendo que a área mínima necessária é de 40/50ha;
- e) No café, o maior número de estabelecimentos insere-se na faixa de 20 a 60ha, sendo que a área mínima necessária é em torno de 4/5ha. Apesar de relativamente elevado o n<sup>o</sup> de estabelecimentos abaixo dos 20ha, a maior área plantada (20ha) - efetiva-se num estabelecimento de 150ha.

Reportando-se aos dados do Censo Agropecuário 1980, pode-se ter as seguintes considerações:

- a) O número de estabelecimentos com até 100ha significa 80% do total, ainda que em termos de área signifique 38,28% da área total. De maneira inversa, os 10 estabelecimentos acima de 100ha, representando 20% do total, correspondem a 45,94% da área. Dos 80% de estabelecimentos com área até 100ha, 51% estão concentrados no intervalo de 20 a 100ha, subdividido em proporção igual nos subintervalos 20/50ha, 50-100ha;

b) No único setor de produção do município, o da bovinocultura, esta análise de estrutura fundiária deve ser preenchida de um seccionamento em dois sub-setores, de tal forma que este se aproxime dos setores censitários. Para tanto, basta considerar o sentido sudoeste - nordeste, detendo-se na porção intermediária da superfície do município, onde as linhas demarcatórias das divisas inter-municipais mais se aproximam. Neste ponto conforma-se um afunilamento suave que prossegue em direção à divisa com São José do Calçado. A nordeste deste ponto tem-se um sub-setor da bovinocultura (1A) aproximadamente equivalente ao setor censitário 06 e, a sudoeste o (1B) equivalente ao setor censitário 05.

No sub-setor 1A, assumem posição de destaque os estabelecimentos de 05 - 100ha, posto que são dominantes tanto em termos de número, quanto da participação na área. Mas como em termo de participação na área, o estrato superior a 150ha é subdominante e, levando em conta o bolsão de café incrustado neste sub-setor, bem como o fato de nele a pecuária ser de corte, pode-se levantar a hipótese de que esta subdominância venha a ser dominante se considerássemos a bovinocultura, ou seja, se diferenciásse através de pesquisa a estrutura fundiária por cultura principal e/ou bolsão.

No sub-setor 1B, onde a bovinocultura leiteira assume proveniência com acentuada relevância, predominam os estabelecimentos de 10-50ha (sendo os 10-20ha subdominantes) adotando-se como critério a participação do número de estabelecimentos cada estrato no total do município. Ao contrário do sub-setor 1A, a participação na área é de dominância exclusiva dos estabelecimentos superiores a 150ha.

No intuito de aclarar a *condição do produtor* em relação a *condição de proprietário* das terras dos estabelecimentos, torna-se necessário se valer dos dados do Quadro 06.

Eles revelam que na *condição do proprietário*, vigora a categoria de proprietário individual com uma participação contundente de aproximadamente 98%. De maneira marginal, segue a categoria dos arrendatários, todos três localizados no sub-setor 1B.

LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS  
MUNICÍPIO: BOM JESUS DO NORTE

CULTURA	TIPO DE TERRENO	ROTAÇÃO E/OU CONSORCIAÇÃO (R OU C)
1. BOVINOCULTURA	Região baixa, com ondulação	
2. CAFÉ	Encostas	
3. ARROZ	Várzea úmida	Com boi (R)
4. FEIJÃO	Encostas	Com milho (R) (C)
5. MILHO	Encostas/Várzea Seca	Com feijão (R) (C)
6. TOMATE E OLERICULTURA (Repolho, Pimentão, Giló, Alface etc.)	Baixadas secas irrigáveis	Entre olerícolas (R)

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PRODUTOR E RELAÇÕES DE TRABALHO

MUNICÍPIO: BOM JESUS DO NORTE

ESTRATO (em ha)	0 - 100		100 - 500		+ 500	
	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
1. BOVINOCULTURA	Proprietário Individual Arrendamento	Mão-de-obra familiar Assalariado permanente Assalariado temporário	Proprietário Individual	Assalariado permanente Assalariado temporário	Proprietário Individual	Assalariado permanente Assalariado temporário
2. CAFÉ	Proprietário Individual	Mão-de-obra familiar Parceria Assalariado temporário				
3. MILHO		Parceria		Parceria		Parceria
4. FEIJÃO		Parceria		Parceria		Parceria
5. ARROZ		Parceria		Parceria		Parceria

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO  
MUNICÍPIO DE: BOM JESUS DO NORTE

CULTURA	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
			TIPO	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	
1. BOVINO		Aração (gradagem)	Selecionadas	Manual	Roçadas				
2. CAFÉ		Manual	Não		Manual	Sim	Não existe	Manual (orgânica e química)	Manual
3. ARROZ	Não frequente	Tração Animal	Não selecionada	Manual	Manual	Não usa	Não	Não	Manual
4. MILHO	Não	10% mecanizada 20%	Sim (Ag. Cargil, Mogiano)	Não	Manual	Incidência pequena de praga	Não	40 a 50% fazem	Manual
5. FEIJÃO (Fev./Set.)	Não	Na área de café não há mecaniz.	20% selec.	Manual	Manual	Inc.peq.	Não	Química e Orgânica (50%)	Manual
6. TOMATE	Não	Trata	Sem.selec.	Não	Manual	Pesticida	Sim	Química e Orgânica	Manual

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dez./81.

ETORES DE PRODUÇÃO

UNICÍPIO DE: BOM JESUS DO NORTE

SETOR DE PRODUÇÃO Nº	CULTURAS				OBSERVAÇÕES
	PRINCIPAL (P)	SECUNDÁRIA (S)	SUBSISTÊNCIA (SB)	BOLSÕES (B)	
1	Bovinocultura				Café, Milho, Feijão I(1) Café, Milho, Feijão II(1)

FONTE: Escritório Local da EMATER - Dez/81.

(1) Existem no Município 2 Bolsões de Café, Milho, Feijão, sendo localizado o Bolsão Café, Milho, Feijão I ao norte e o Bolsão Café, Milho, Feijão II numa Região Central do Município.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1535	- Chegada de Vasco Fernandes Coutinho à capitania;	- Até mais ou menos 1850 "O Espírito Santo manteve presente uma desordem administrativa que o impediu de propor caminhos rumo ao crescimento econômico", consolidando sua condição periférica dependente do Rio de Janeiro;
SÉC XVIII	- Ciclo do ouro	- "Proibição pelas autoridades, de excursões ao interior do E.S., transformando esse espaço num forte de defesa natural às penetrações à região mineira";
a 1815 1817	- Construção da estrada do Rubim ligando Vila Rica (Ouro Preto) a Vitória;	- Espírito Santo passou ao largo dos ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro;  - o cultivo da cana-de-açúcar pouco impulsionaria economia local, consolidando-se com a participação dos jesuítas, permanecendo até a introdução do café, encerrando seu ciclo na abolição da escravatura;  - a população local era reduzida, localizando-se basicamente no litoral, os recursos monetários eram empregados na guerra contra os índios;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº1 (versão preliminar), o sul do Estado" do Instituto Jones Santos Neves, elaborado por Fernando Sanchotene e outros.

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
a 1850 1950	- Ciclo do café	- a mão-de-obra escrava é substituída pela dos imigrantes europeus liberados pela expansão capitalista na Europa; entre 1854 e 1900 chegaram ao E.S 60.000 famílias de imigrantes, 45.000 italianas e o restante alemães, austríacas, suíças luxemburguesas e holandesas;
Final Séc XIX e início Sec XX	- Acentua-se a ocupação do território do Estado marcada pelo desmatamento e desaparecimento dos índios;	- o café, que chegou a ser o responsável por 80% da receita estadual, possibilitou a urbanização das principais cidades do Estado, a formação da classe social dos "barões do café". a ascensão ao poder estadual, o suporte à formação de um processo incipiente de industrialização e definição de uma infraestrutura estadual;
início Séc XX	- filhos dos primeiros imigrantes migram internamente em busca de terras para assentarem fazendas, consolidando a ocupação do interior do Estado;	- "O restante da renda estadual advinha de produtos como a madeira, o milho e, a partir de 1910, produtos têxteis fabricados em escala reduzida";
1904	- implantação da Estrada de Ferro Vitória à Minas;	
1930	- Construção do Porto de Vitória;	
1942	- Inauguração da CVRD em Cariacica;	
1946	- Implantação da Companhia Ferro e Aço de Vitória;	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1950	- declínio vertiginoso da <u>cafei</u> cultura;	- consequência da ferrugem, desestímulo do governo federal e queda do preço no mercado internacional;
a 1963 1968	- política de erradicação de <u>cafe</u> zais;  - política agrícola federal <u>pri</u> vilegia grandes empreendimentos viáveis em grandes <u>proprieda</u> des;	- ocorre no "momento em que se procurava implantar, no Brasil, um processo de industrialização", e se assistia a um acelerado processo de urbanização, <u>ex</u> pansão dos transportes e comunicações;
1965	- É criado o código florestal pe la lei 4.771 obrigando os empre endimentos agropecuários e <u>in</u> dustriais a repor matas propor cionalmente à retirada de <u>mate</u> rial lenhoso das florestas ( <u>car</u> vão vegetal) no prazo de 5 a 10 anos;	- inexistência de políticas para <u>substi</u> tuir cafezais nas pequenas propriedades as inviabilizou, levando um grande nú mero de agricultores a migrarem para centros urbanos a procura de emprego;
1969	- Decreto Lei nº 880 de 18 de <u>se</u> tembro concede incentivos <u>fis</u> cais ao Espírito Santo;	- "Começava assim a busca de alternativas de um processo de industrialização do Espírito Santo. O meio utilizado foi a atração de investimentos federais e estrangeiros, a partir dos efeitos <u>mul</u> tiplicadores desencadeados pela <u>Compã</u> nhia Vale do Rio Doce, visando dar a dimensão de estado industrializado ao Espírito Santo;

Continua

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 60	- Ocupação das terras virgens ao norte do Espírito Santo e penetração do café;	- O mais intenso movimento migratório já registrado no Espírito Santo, em torno de 200 mil pessoas vieram de outras unidades de federação e um número semelhante mobilizou-se no interior do Estado.
1970	- Inicia-se período de incentivos ao reflorestamento com decreto lei que permitia pessoas jurídicas aplicar parcela do imposto de renda em projetos alheios de reflorestamento;	
1970	- Criação de incentivos fiscais à pecuarização;	
Década de 70/ 80	- Implantação de grandes Projetos Porto de Tubarão, CIVIT, CST, Aracruz Celulose.	

1.6 -

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

**SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA DO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para candidatos a vereador do município de Cachoeiro de Itapemirim, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo de desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos como fontes de referência os seguintes documentos: Projeto Pesquisa e Documentação, relatório nº1, O Sul do Estado; Planejamento Regional, região 4- Linhares, Volume 1 e 2 e região programa V - Cachoeiro de Itapemirim, elaborados no Instituto Jones dos Santos Neves e Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM<sup>1</sup>

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Séc. XVIII	- Região desabitada de brancos e sob do <u>mínio dos índios Puris;</u>	- Apenas alguns mineradores aventuravam-se com destino a Castelo; - Surgimento, no final do século, de poucas fazendas, principalmente próximas ao pico Itabuna;
1816	- Construção, por ordem do governador do ES Francisco Alberto Rubim, do quartel da Barca, com destacamento policial para impedir ataque indígena, no local onde hoje se instala Cachoeiro do Itapemirim; - Construção, neste período de 2 estradas saindo do quartel, uma até o porto de Piúma e outra até o quartel Boa Vista em Muribeca;	- Expansão das propriedades dos fazendeiros, da região do baixo Itapemirim, até o início das cachoeiras ou corredeiras deste rio, viabilizada pela força policial contra os índios locais; - Formação de um triângulo de proteção aos fazendeiros, sendo as estradas patrulhadas continuamente;
1820	- Expedição de Manoel José Esteves Lima, com 72 pessoas, de Mariana-MG, ao litoral do ES, passando ao sul da Estrada do Rubim e pelo vale do Itapemirim; - Criação, neste época, de dois novos quartéis: Duas Barras, no encontro do rio Itapemirim com o Castelo, e o de Aquidaba, em frente à ilha da luz;	- Abertura de caminho a novos povoadores do Vale do Itapemirim que estabelecem algumas fazendas que vieram, posteriormente, originar núcleos urbanos; - Surge um povoado na margem sul do rio Itapemirim, onde hoje é o bairro de Baiminas, protegido pelos 3 quartéis, em função das fazendas locais (a primeira casa deste povoado data de 1846);

Continua

<sup>1</sup>As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão Preliminar), o Sul do Estado" do Instituto JOnes dos Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanchotene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1840 a 1860	- Ocupação definitiva da região por fazendeiros;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão por todo o vale da cultura do café;</li> <li>- O povoado se transforma no centro do escoamento do café, por via fluvial, até o porto de Itapemirim atraindo comerciantes profissionais liberais, educadores e outros;</li> </ul>
1856	- Criação da freguesia de São Pedro do Cachoeiro, subordinada à Vila de Itapemirim, pela Lei Provincial nº 11;	
1867	- Em 25 de março Cachoeiro do Itapemirim é transformado em município independente de Itapemirim, com território atingindo as fronteiras com Minas Gerais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transformação de Cachoeiro de Itapemirim <b>"no principal polo de convergência econômica e populacional do sul do Espírito Santo"</b>;</li> <li>- Participação ativa do município no momento abolicionista e na campanha republicana;</li> </ul>
1887	- Inauguração da Estrada de Ferro Caravelas, primeira ferrovia do Espírito Santo, proposta em 1872 pelo dep. Basílio Calmon, ligando Cachoeiro (ponto final da navegação pelo rio Itapemirim) a Pombal (hoje Rive), atendendo a região de Alegre e com ramal até Castelo;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolida a posição estratégica da cidade como polo regional;</li> </ul>
1894	- Instalação do município Rio Novo do Sul, obtendo título de cidade em 11/12/1938;	

—continua

Continuação

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1903	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligação entre Cachoeiro e Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Leopoldina.</li> <li>- Em 1º de novembro é instalado o primeiro sistema de iluminação elétrica do Espírito Santo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enfatiza relacionamento econômico e social com o Rio de Janeiro;</li> <li>- Viabiliza instalações industriais;</li> </ul>
(1908-1912) Gov. Jerônimo Monteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O município sedia um polo industrial;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de fábrica de cimento, tecido, papel, óleo, serraria e usina de açúcar;</li> </ul>
1910	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrada de Ferro Leopoldina liga Cachoeiro ao Rio de Janeiro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O polo industrial em formação garantiu estabilidade ao município nos períodos de crise do café;</li> </ul>
1911	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Município de Muqui em 22/10 pela Lei nº 826 e instalação em 01/11/1912;</li> </ul>	
1920	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrada de Ferro Itapemirim liga Cachoeiro ao porto de Itapemirim;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Substituição do transporte fluvial impossibilitado pelo açoreamento do rio Itapemirim;</li> </ul>
1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emancipação de Castelo em 25/12 e instalação oficial em 07/01/1929, englobando o território do atual município de Conceição do Castelo;</li> </ul>	

continua

Continuação

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1930 em diante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversificação rápida da economia;</li>   <li>- Era das rodovias, torna Cachoeiro ponto de convergência das mesmas (ES 490 - Marataizes/Atílio Vivacqua, ES 482 - Jerônimo Monteiro/Alegre/Guaçu/Dores do Rio Preto, ES 393 - Muqui/Mimoso do Sul, BR 101.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "O café é secundado por outras culturas, a pela agropecuária", cresce a industrialização nos setores de calcário (cimento, mármore e cal) e no de couro;</li>   <li>- Primeira cidade a ser ligada por rodovia ao Rio de Janeiro, vê enfatizada seu relacionamento com esta cidade;</li>   <li>- O povoamento da região, inicialmente feito por capixabas, fluminenses e mineiros, recebe imigrantes italianos, alemães e árabes.</li> </ul>
		<p>EVOLUÇÃO POPULACIONAL</p> <p>1940 - 72.834 habitantes            1950 - 81.082 habitantes            1960 - 90.271 habitantes            1970 - 100.010 habitantes            1980 - 123.699 habitantes            1991 - 143.763 habitantes</p>

1.7 -

CASTELO

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE CASTELO

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR  
PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA

Maria Celia Chaves Ribeiro

Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do Curso para Candidatos a Vereador do Município de Castelo, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste Município. Seu conteúdo é composto por dois quadros resumos do desenvolvimento urbano e sócio-econômico, um do Estado do Espírito Santo e o outro do município de Castelo, cópias das transparências elaboradas para uso em aula, e tabelas e trechos do documento **"Divisão Territorial, Município de Castelo"** versão preliminar, do Instituto Jones dos Santos Neves.

Os quadros resumos foram elaborados a partir do documento **"Projeto Pesquisa e Documentação - Relatório nº 1 (versão preliminar), o Sul do Estado"** do Instituto Jones dos Santos Neves.

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1703	- Pedro Bueno Cacunda, burlando a proibição governamental de penetração na área, chega à região com 1 grupo de aventureiros para explorá-la e minerar ouro;	- formação do 1º povoado no interior sul do Estado, "o arraial de Santa Ana, localizado provavelmente onde hoje está a fazenda de povoação, com mais de 200 pessoas, ponto convergente dos mineradores, que se espalharam pelo Centro, Arraial Velho, Salgado, Canudal e Ribeirão do Meio";
1758	- autorização governamental de mineração na região;	- a maioria dos mineradores expulsos do território dos Purís se estabeleceu na foz do rio Itapemirim, dando origem à futura Vila de Itapemirim, voltando o vale do rio Castelo à sua vida primitiva sem a presença de europeus;
1771	- reação fulminante dos índios Purís à contínua invasão/ocupação de seus territórios por elementos alheios à sua cultura;	- expansão das propriedades dos fazendeiros, da região do baixo Itapemirim, até o início das cachoeiras ou corredeiras deste rio, viabilizado pela força policial contra os índios locais;
1816	- Construção, por ordem do governador do E.S Francisco Alberto Rubim, do quartel da Barca, com destacamento policial para impedir ataque indígena, no local onde hoje se instala Cachoeiro do Itapemirim;  - construção, neste período, de 2 estradas saindo do quartel, uma até o porto de Piúma e outra até o quartel da Boa Vista em Muribeça;	- formação de um triângulo de proteção aos fazendeiros, sendo as estradas patrulhadas continuamente;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº 1 (versão preliminar), o sul do Estado", do Instituto Jones Santos Neves, elaborado por Fernando Lima Sanchotene e outros.

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1817	- Conclusão da Estrada do Rubim, ligando Vitória a Vila Rica (Ouro Preto-MG) com destacamento policial de 3 em 3 léguas;	
1820	- Expedição de Manuel José Esteves Lima e mais 72 pessoas, de Mariana-MG, ao litoral do E.S, passando pelo sul da estrada do Rubim e pelo Vale do Itapemirim;  - criação, nesta época, de 2 novos quartéis: Duas Barras, no encontro do rio Itapemirim com Castelo, e o de Aquidabã, em frente à Ilha da Luz;	- abertura de caminhos a novos povoadores do Vale do Itapemirim que estabeleceram algumas fazendas que posteriormente originaram núcleos urbanos;  - surge um povoado na margem sul do rio Itapemirim, onde hoje é o bairro de Baíminas, protegidos pelos 3 quartéis, em função das fazendas locais;
1840 a 1860	- ocupação definitiva da região de Cachoeiro do Itapemirim por fazendeiros;	- expansão, por todo o vale do Itapemirim, da cultura de café;  - o povoado de São Pedro do Cachoeiro do Itapemirim se transforma no centro de escoamento do café, por via fluvial, até o porto do Itapemirim;
1845	- Efetivação do aldeamento dos índios Purís em Conceição do Castelo, determinado pelo alvará de 1829 (aldeamento imperial Afonsino);	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO -CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1848	- Joaquim Vieira da Cunha Machado, José Vieira Machado e Antônio Vieira Machado da Cunha, provenientes de Itapemirim, instalaram-se na área dos rios Castelo e Caxixi, fundando as fazendas do centro e da Povoação;	- início do processo de ocupação das terras da região, tendo como objetivo o plantio de café; - gradativamente surgem outras fazendas (Prata, Flores, Tres Montes, Pensamento, Desengano, Nogueira, Conquista, Limoeiro, macuco, Monte Alverne, Alpes, Pirineus, etc) abertas por capixabas, fluminenses e mineiros.
1867	- instalação do município de Cachoeiro em 25 de março, com anexação de Castelo;	- Cachoeiro de Itapemirim assume a posição de polo regional, centro de escoamento do café, por via fluvial, ao porto de Itapemirim; - aos poucos Castelo se torna uma das regiões produtoras de café;
1887	- inauguração da Estrada de Ferro Caravelas, 1ª ferrovia do Espírito Santo, proposta em 1872 pelo deputado Basílio Calmon, ligando Cachoeiro a Pomonal (hoje Rive) com ramal até Castelo;	- a Estrada de Ferro Caravelas veio atender a necessidade de transporte dos produtos agrícolas e das utilidades de uso da população do Vale do rio Castelo; - o povoado que deu origem a Castelo se desenvolveu em torno da estação final do ramal ferroviário, a Estação do Castelo;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO - CASTELO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1890	- a falta da mão de obra escrava dá início ao processo de reco <u>lonização</u> de grandes fazendas abertas por capixabas, minei <u>ros</u> ou fluminenses, e venda em parte para italianos advindos da região do Rio Novo e Alfre <u>do Chaves</u> , de terras semi-aban <u>donadas</u> ou improdutivas;	- o processo de loteamento se iniciou nas fazendas Centros e Povoação, atingindo toda a região onde pas <u>sou</u> a prevalecer moradores italia <u>nos</u> e seus descendentes;  - ocorre profunda alteração da estru <u>tura</u> agrária e o fortalecimento e <u>conômico</u> da população ;
1928	- Castelo é elevado a distrito de Cachoeiro de Itapemirim;	- o café continuou a ser o principal produto da região, que aumentou a produção de cereais para a subsis <u>tência</u> ;
1928	- Em 25 de dezembro o Decreto lei 1.687 deu ao distrito de Castelo a categoria de municí <u>pio</u> , que foi instalado em 7 de ja <u>neiro</u> de 1929;	- ocorre expansão industrial com o calcário e o mármore;
1964	- em 6 de dezembro é aprovada a emancipação do município de Conceição do Castelo pela As <u>sembléia</u> Legislativa Estadual.	

População do município de Castelo segundo dados dos censos demográficos do IBGE

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
População	33.171	34.409	39.537	25.759	25.879	29.566

#### 4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS MUNICIPAIS POR COMUNIDADES

No decorrer da pesquisa dos limites das comunidades foram levantadas uma série de informações que mostram de forma aproximada alguns aspectos da realidade local. Nos quadros que seguem apresentamos as informações obtidas.

Assim é que podemos observar que na maioria das comunidades urbanas ou rurais do município predomina a presença de famílias de origem italiana, ocorrendo em algumas a presença marcante de famílias de origem africana. A base da economia agrícola é o cultivo do café e em menor escala a bovinocultura de leite e de corte, quase sempre acompanhadas das culturas de milho, feijão e ou arroz. Exceção faz a comunidade de Forno Grande onde a olericultura assume grande importância. Em geral a mão de obra familiar e os meieiros dividem a responsabilidade pela produção agrícola, embora o diarista comece a assumir importância estatística em algumas comunidades. A maior parte do maquinário é voltado para o beneficiamento do café e arroz - secadores e piladores.

No meio rural ocorrem ainda alambiques, serrarias, pequenas manufaturas de queijo, pequenas hidrelétricas e a exploração de jazidas de granito, mármore e calcita. No meio Urbano localizam-se: laticínio, manufatura de roupas, couro, calçados, serralheria, cerâmica, serraria e móveis.

O comércio se faz no meio rural através das vendas que existem em quase todas as comunidades mas principalmente na cidade de Castelo que dispõe de 3 estabelecimentos atacadistas 26 de comércio principal e 132 de comércio local. A cidade conta ainda com 5 estabelecimentos bancários.

Quase todas as comunidades são assistidas pela igreja católica ocorrendo no meio urbano igrejas do credo batista, maranata, adventista e Assembléia de Deus.

A educação se dá basicamente pelas escolas primárias de 1a. a 4a. série espalhadas por quase todas as comunidades, algumas comunidades rurais são dotadas de pre-escola e ou escola de 1a. a 8a. série. Somente a cidade de Castelo dispõe de ensino do 2o. grau.

Os equipamentos de lazer mais comuns são o campo de futebol e a bocha ocorrendo em algumas comunidades a quadra poli-esportiva e na cidade o teatro, o cinema e as praças.

O associativismo praticamente não existe. As únicas formas de organização que aparecem são os grupos de jovens e de donas de casa.

A partir do levantamento pudemos apurar os seguintes quantitativos de domicílios no município:

DISTRITO	DOMICÍLIOS		
	URBANO	RURAL	TOTAL
CASTELO	3 308	999	4 307
ARACUI	192	620	812
ESTRELA DO NORTE	58	707	765
TOTAL	3 558	2 326	5 884

Insistimos em alertar que esses números são estimativos.

TABELA I

## CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA SETORES EM ÁREA URBANA E RURAL

SITUAÇÃO	NUMERO DE DOMICILIOS			NUMERO DE ESTABELICIMENTOS			DIAS DE DURACAO DA COLETA		AREA MAXIMA DO SETOR Km 2
	MIN.	MED.	MAX.	MIN.	MED.	MAX.	DEMOG.	AGROP.	
URBANA									
Área Urbanizada	250	300	350	-	-	-	30	-	-
Área Não urbanizada	150	200	250	100	150	200	-	-	-
RURAL	150	200	250	100	150	200	45	60	500

RELACÃO DAS LEIS DE DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 PROJETO MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

MUNICIPIO/DISTRITO	LEI - LIMITES ATUAIS			OBSERVACAO
	NUMERO	DATA	DIARIO OFICIAL	
CASTELO	1.919	31/12/63	19/03/65	
	4.063	06/05/88	10/05/88	- Lei de criacao do Municipio de Vargem Alta, atualizacao de limites com este Municipio.
	4.069	06/05/88	10/05/88	- Lei de criacao do Municipio de Venda Nova do Imigrante, atualizacao de limites com este Municipio.
CASTELO (Sede)	1.919	31/12/63	19/03/65	
	3.320	28/12/79	16/01/80	- Lei de criacao do Distrito de Estrela do Norte, atualizacao de limites com este Distrito.
ARACUI	1.919	31/12/63	19/03/65	
	3.320	28/12/79	16/01/80	- Lei de criacao do Distrito de Estrela do Norte, atualizacao de limites com este Distrito.
ESTELA DO NORTE	3.320	28/12/79	16/01/80	- Lei de criacao do Distrito de Estrela do Norte.

**ÁREAS ESPECIAIS**

1. PARQUE MUNICIPAL DO FORNO GRANDE - Criado pelo Decreto-lei Estadual 312 de 31.10.1960 e transformado em parque Municipal pelo Decreto-lei Estadual 3.093-E de 01.10.1985 que declara o parque como Área de Preservação Permanente. Com área de 340ha, situa-se nos limites dos Distritos Sede e Aracui.
2. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE MATA DAS FLORES - Criada pelo Decreto-lei Estadual 3.488-E de 19.03.1987. Com área de 800ha, situa-se no Distrito de Aracui.
3. GRUTA DO LIMOEIRO - Monumento Natural tombado pela Resolução No. 01/84 de 19.02.1984 do Conselho Estadual de Cultura. (Veja no ANEXO III os Decretos-lei e resolução citados).

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1535	- Chegada de Vasco Fernandes Coutinho à capitania;	- Até mais ou menos 1850 "O Espírito Santo manteve presente uma desordem administrativa que o impediu de propor caminhos rumo ao crescimento econômico", consolidando sua condição periférica dependente do Rio de Janeiro;
SÉC XVIII	- Ciclo do ouro	- "Proibição pelas autoridades, de excursões ao interior do E.S., transformando esse espaço num forte de defesa natural às penetrações à região mineira";
a 1815 1817	- Construção da estrada do Rubim ligando Vila Rica (Ouro Preto) a Vitória;	- Espírito Santo passou ao largo dos ciclo do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro;  - o cultivo da cana-de-açúcar pouco impulsionaria economia local, consolidando-se com a participação dos jesuítas, permanecendo até a introdução do café, encerrando seu ciclo na abolição da escravatura;  - a população local era reduzida, localizando-se basicamente no litoral, os recursos monetários eram empregados na guerra contra os índios;

Continua

(1) As informações aqui utilizadas foram extraídas do documento "Projeto Pesquisa e Documentação, Relatório nº1 (versão preliminar), o sul do Estado" do Instituto Jones Santos Neves, elaborado por Fernando Sanchotene e outros.

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
a 1850 1950	- Ciclo do café	- a mão-de-obra escrava é substituída pela dos imigrantes europeus liberados pela expansão capitalista na Europa; entre 1854 e 1900 chegaram ao E.S 60.000 famílias de imigrantes, 45.000 italianas e o restante alemães, austríacas, suíças luxemburguesas e holandesas;
Final Séc XIX e início Sec XX	- Acentua-se a ocupação do território do Estado marcada pelo desmatamento e desaparecimento dos índios;	- o café, que chegou a ser o responsável por 80% da receita estadual, possibilitou a urbanização das principais cidades do Estado, a formação da classe social dos "barões do café". a ascensão ao poder estadual, o suporte à formação de um processo incipiente de industrialização e definição de uma infraestrutura estadual;
início Séc XX	- filhos dos primeiros imigrantes migram internamente em busca de terras para assentarem fazendas, consolidando a ocupação do interior do Estado;	- "O restante da renda estadual advinha de produtos como a madeira, o milho e, a partir de 1910, produtos têxteis fabricados em escala reduzida";
1904	- implantação da Estrada de Ferro Vitória à Minas;	
1930	- Construção do Porto de Vitória;	
1942	- Inauguração da CVRD em Cariacica;	
1946	- Implantação da Companhia Ferro e Aço de Vitória;	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1950	- declínio vertiginoso da cafeicultura;	- consequência da ferrugem, desestímulo do governo federal e queda do preço no mercado internacional;
a 1963 1968	- política de erradicação de cafezais;  - política agrícola federal privilegia grandes empreendimentos viáveis em grandes propriedades;	- ocorre no "momento em que se procurava implantar, no Brasil, um processo de industrialização", e se assistia a um acelerado processo de urbanização, expansão dos transportes e comunicações;
1965	- É criado o código florestal pela lei 4.771 obrigando os empreendimentos agropecuários e industriais a repor matas proporcionalmente à retirada de material lenhoso das florestas (cavão vegetal) no prazo de 5 a 10 anos;	- inexistência de políticas para substituir cafezais nas pequenas propriedades as inviabilizou, levando um grande número de agricultores a migrarem para centros urbanos a procura de emprego;
1969	- Decreto Lei nº 880 de 18 de setembro concede incentivos fiscais ao Espírito Santo;	- "Começava assim a busca de alternativas de um processo de industrialização do Espírito Santo. O meio utilizado foi a atração de investimentos federais e estrangeiros, a partir dos efeitos multiplicadores desencadeados pela Companhia Vale do Rio Doce, visando dar a dimensão de estado industrializado ao Espírito Santo;

Continua

Continuação  
 QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 60	- Ocupação das terras virgens ao norte do Espírito Santo e penetração do café;	- O mais intenso movimento migratório já registrado no Espírito Santo, em torno de 200 mil pessoas vieram de outras unidades de federação e um número semelhante mobilizou-se no interior do Estado.
1970	- Inicia-se período de incentivos ao reflorestamento com decreto lei que permitia pessoas jurídicas aplicar parcela do imposto de renda em projetos alheios de reflorestamento;	
1970	- Criação de incentivos fiscais à pecuarização;	
Década de 70/80	- Implantação de grandes Projetos Porto de Tubarão, CIVIT, CST, Aracruz Celulose.	

1.8 -

COLATINA

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE COLATINA

CURSOS PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO/INFORMAÇÕES BÁSICAS  
Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS  
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Jussara Maria Chiappane

EQUIPE TÉCNICA  
Maria Celia Chaves Ribeiro  
Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para pré-candidatos a vereador do município de Colatina, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município de Colatina e tabelas pertinentes ao assunto, cópias das transparências elaboradas para uso em aula.

Utilizamos para tanto os documentos: "Diagnóstico de Colatina" trabalho do Curso de Desenvolvimento Regional, orientado por Fernando A. B. Bettarello e realizado por Marúcia A. C. Brito e outros, "Programa de Desenvolvimento Regional Integrado" Região programa II, elaborado no Instituto Jones dos Santos Neves, e censos demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

## QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE COLATINA

DATA	EVENTO	CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1800	- 1ª tentativa de colonização organizada da região hoje ocupada pelo município de Colatina;	- O objetivo da colonização era defender a via de acesso pelo Rio Doce, a Minas Gerais, palco do ciclo do ouro, tendo em vista o aumento do comércio entre as cidades de Regência Augusta, na foz do rio Doce e Porta de Souza, hoje Estação Mascarenhas;
1857	- Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite acompanhado de 48 colonos portugueses, franceses e alemães iniciam a colônia de Francilvânia, na margem esquerda do Rio Doce entre os rios Pancas e São João;	- A tentativa, que durou 3 anos, fracassou devido à resistência dos índios botocudos que dizimaram os colonos na defesa de seus territórios;
1888	- Expansão do movimento colonizador de Santa Leopoldina para o norte, seguindo o rio Santa Maria, contando com grande número de imigrantes italianos;	- A atração para a região de colonos imigrante devia-se à fama das terras, da fartura de madeiras, da abundância das águas, ao surto cafeeiro e a demanda por propriedades agrícolas;
1899	- em 09 de dezembro a localidade de Arraial da Barra de Santa Maria ou Barracão de Santa Maria, (hoje o bairro de Colatina Velha) é promovida a distrito, recebendo o nome de Colatina em homenagem à 1ª dama do Estado, Colatina Muniz Freire;	

Continuação.

DATA	EVENTO	CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1906	- A Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM - alcança Colatina após 3 anos de seu início;	- É estabelecida ligação direta do município com a capital do Estado;
1907	- Colatina passa a ser sede do município de Linhares;	- A escala do comércio por transporte fluvial entre Minas e Espírito Santo passa de Linhares para Colatina, aumentando sua importância econômica;
1921	- Criação do município de Colatina com a fronteira de Linhares;	
1945	- Linhares ganha autonomia com a recriação do município com este nome e território desmembrado de Colatina;	
1926	- Prefeitura de Colatina adquire seu próprio gerador de energia elétrica, até então era utilizado no município a energia de gerador de uma Serraria;	
1928	- Construção da ponte Florentino Avidos sobre o Rio Doce;	- A ponte: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) é o primeiro marco para a conquista do norte do município ainda habitado pelos índios botocudos;</li> <li>b) propicia a abertura de estradas entre as matas, acompanhando os cursos d'água ou subindo chapadões;</li> </ul>

DATA	EVENTO	CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
		<p>c) assegura a Colatina a sua posição de entreposto comercial e concentra neste município os <b>agenciados de terras</b>;</p> <p>d) propicia o desenvolvimento da extração de madeira ao facilitar o seu transporte até a EFVM;</p>
1934	- É calçada a 1ª rua da cidade, a atual av. Getúlio Vargas, e inaugurada a praça municipal.	<p>- O desmatamento da região, acentuado com plantio de café e pecuária, abalou a ecologia, transformando a densa Mata e o Solo fértil e firme em morros desnudos de vegetação, sujeitos à erosão e a secas prolongadas, assemelhando ao nordeste brasileiro desertificado;</p> <p>- Em 1934 a cidade era um núcleo com 471 casas e 2.500 habitantes;</p>
1953	- Surgimento do 1º plano urbanístico da cidade prevendo a construção do cais do Rio Doce, a reserva da área marginal do rio para futura construção de avenida, jardim público e estação rodoviária;	- Até então o desenvolvimento da cidade ocorreu desordenado;
1963 a 1968	- Política de erradicação de cafezais;	- impacto na economia, prejudicando produtores e comerciantes, influenciando na queda da arrecadação do município;
1963	- diminuição do território e da população de Colatina com a criação dos municípios de São Gabriel da Palha e Pancas;	
1972	- Construção de Rodoviária à margem do Rio Doce.	

1.9 -

NOVA VENÉCIA

---

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SUBSÍDIOS PARA LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA  
DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

CURSO PARA CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

## APRESENTAÇÃO

---

Esta apostila, destinada aos alunos do curso para candidatos a vereador do município de Nova Venécia, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visa subsidiá-los na leitura sócio-econômica deste Município. Seu conteúdo é composto por um quadro resumo do desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município de Nova Venécia, e trechos e tabelas do documento elaborado no Instituto Jones Santos Neves, "Perfil Sócio-econômico e Levantamento das Oportunidades de Investimentos - município: Nova Venécia" versão preliminar.

Utilizamos para elaborar o quadro resumo os seguintes documentos: "Perfil da Cidade de Nova Venécia", "Desenvolvimento Regional: Volume 1: plano regional de Nova Venécia - versão preliminar para discussão", ambos produzidos no Instituto Jones dos Santos Neves e "anuário do Estado do Espírito Santo" de Fábio Portugal e outros.



QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Séculos XVI ao XIX	- Frentes pioneiras de colonização do leste de Minas Gerais, Sul da Bahia e do Espírito Santo (Santa Leopoldina e Santa Tereza ao Sul, São Mateus, Regência e Linhares a Leste) encurralaram os índios botocudos, que englobam vários grupos ou tribos, como os Aimorés, na região de Nova Venécia;	- A região de Nova Venécia foi o último reduto geográfico da resistência indígena do leste brasileiro e, juntamente com o norte de Linhares, as últimas áreas de terras incorporadas à fronteira agrícola estadual <sup>(2)</sup> ;
Século XVI	- Desbravadores penetram na região do Vale do Rio Braço Sul do São Mateus ou cricaré, até a 1ª Cachoeira, do cravo, localizada no atual município de São Mateus;	
1870	- Primeira incursão desbrabadora da região do atual município de Nova Venécia, comandada por Antonio Rodrigues da Cunha (posteriormente Barão de Aimorés) e seu irmão Mateus Gomes da Cunha, que subiu o rio e instalou lavouras de café nas primeiras elevações, que se tornaram conhecidas como Serra do Cunha, provavelmente a atual Serra de Baixo;	- A "cultura do café possibilitou a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização" <sup>2</sup> ; - Construção de um barracão próximo à Cachoeira grande para receber migrantes italianos;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
1880	- Grande seca no nordeste brasileiro;	- Chega à região de Nova Venécia <u>imi</u> grantes cearences;
Final Sec. XIX	- Chegada dos primeiros imigrantes ita lianos oriundos de Veneza, à região de Nova Venécia;  - Fazendeiros e capitalistas do vale do Rio São Mateus fundam sociedade para explorar uma estrada de ferro que partisse de São Mateus, atingin do a região da Serra dos Aimorés, pe lo Vale do Rio cricaré ou Braço Sul do São Mateus;	- Fundação do núcleo colonial de Nova Venécia que se desenvolve paralelame te ao povoado de serra dos Aimorés;
1895	- Paralização da construção da <u>estra</u> da de ferro, quando esta possuía 23Km, sendo mais tarde encampada pe lo governo estadual;	
1896	- Em 13 de agosto é criado o distrito da Serra dos Aimorés, integrante do município de São Mateus;	- Nova Venécia passa a liderar <u>economi</u> camente o distrito do qual passa a ser sede;
1928	- Chega a Nova Venécia a Estrada de Ferro com 65Km fazendo a <u>ligaçã</u> o litoral/interior;	

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
	- Construção da ponte Florentino Avildos sobre o rio Doce em Colatina;	- Propicia a abertura de estradas entre as matas, acompanhando cursos d'água ou subindo chapadas; - Representa o primeiro marco para a conquista da região habitada pelos índios botocudos;
1939	- A vila de Nova Venécia se equipara a São Mateus, sede do município;	
Década de 40	- Os últimos remanescentes dos índios botocudos são transferidos para postos indígenas em Minas Gerais e Sul da Bahia;	
1941	- Substituição da estrada de ferro pela estrada de rodagem;	- "... a medida em que o território ia se ocupando, ia também sendo seccionado para formação de novas jurisdições administrativas"(1);
1943	- Criação do município de Barra de São Francisco "nas partes mais altas do Vale do São Mateus, já na divisa com Minas Gerais"(1);	
1947	- Completa-se a ligação rodoviária com Colatina, ligando São Mateus a Vitória via Nova Venécia e Colatina;	- Nova Venécia se torna o centro da zona produtora da Serra dos Aimorés, carreando todo o fluxo de comércio, e mantendo intercâmbio principalmente com Colatina, via estrada;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULAÇÃO NAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
Década de 40 e 50	- Na década de 40, a atividade madeireira toma a ponta do processo de desbravamento e ocupação, secundada pelo café;  - Despontam atividades pecuárias no extremo nordeste da Região de Nova Venécia "substituindo as lavouras de café, seguindo a exploração madeireira na ocupação do solo" <sup>(2)</sup> ;	- "... acabada a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro mais adiante, deixando um rastro de estradas, casas, povoações, oficinas mecânicas, postos de abastecimento, pensões, etc. Estes se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades, quando o surto seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, quando a atividade seguinte foi a pecuária" <sup>(2)</sup> ;
1953	- Em 08 de agosto a Câmara Municipal de São Mateus cria o município de Nova Venécia, pela lei nº 329, o que veio a ser ratificado pela Assembléia Legislativa, através da Lei Federal nº 767 em 11 de dezembro;	
1956	- Criação da Comarca de Nova Venécia em 18 de fevereiro;	
Década de 60	- Programa de erradicação de cafezais, promovido pelo governo federal;	- Eliminação quase que total das lavouras de café, e até das culturas de subsistência, da região e ocupação das áreas liberadas por atividades pecuárias;

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

DATA	EVENTO	CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS, POPULACIONAIS E QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO
	- Política agrícola federal privilegia grande empreendimento viáveis em grandes propriedades;	- Ocorrências de "brutal êxodo humano no estado e principalmente na região de Nova Venécia, devido ao efeito da ocupação desordenada da região, do esgotamento de suas reservas madeiras, da degradação do solo e da substituição de lavouras por pastagens"(2);
Década de 70	- Criação, a partir de 70/75, de incentivos federais à pecuarização.	

Fontes Utilizadas:

- (1) Instituto Jones dos Santos Neves "Perfil da Cidade de Nova Venécia" - Vitória-1980.
- (2) Instituto Jones dos Santos Neves "Desenvolvimento Regional : Vol.1:plano regional de Nova Venécia" - versão preliminar.
- (3) Portugal, Fábio e Outros "Anuário do Estado do Espírito Santo", Vitória: PRECISA - Publicidade e assessoria limitada.

Evolução Populacional do município de Nova Venécia - FIBGE

1960	1970	1980	1991
42.992	47.480	45.667	47.708

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

---

### ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS

O município de Nova Venécia ocupa uma área de 1.917km<sup>2</sup>, significando 4,20% do território do Espírito Santo.

Limita-se ao Norte/Nordeste com os municípios de Mucurici e Boa Esperança, a Leste com o município de São Mateus, ao Sul com o município de São Gabriel da Palha, a Oeste com o município de Barra de São Francisco e Águia Branca e ao Nordeste com o município de Ecoporanga.

O município pertence à Microrregião Homogênea 002 - Nova Venécia -, juntamente com os municípios de Boa Esperança, São Gabriel da Palha e Águia Branca.

O município possui boas condições topográficas - característica geral da região -, com relevo razoavelmente regular, onde 72% do seu território possui declividade abaixo de 30% e somente 28% das terras têm declividade acima daquele patamar, o que caracteriza uma topografia ondulada. Ilustrando esta regularidade de relevo, é importante assinalar que no Município predominam as cotas de 100 a 200m, à exceção de pequenas formações de 400m. A quase totalidade de sua superfície é dominada pela "Zona Serrana", com manchas importantes da "zona das planícies litorâneas e terras arenosas de interior".

As condições de relevo do município propiciam áreas importantes de mecanização, levando certas culturas a um aumento substancial de produtividade, tanto em nível de área plantada como em relação ao potencial da força de trabalho utilizada. Esta "démarche" estará condicionada às condições gerais

determinadas pelo mercado de produtos agrícolas: seja na esfera da demanda interna seja na esfera da demanda externa, de acordo com os condicionamentos engendrados pelo capital comercial local e regional.

As condições climáticas (segundo classificação de Koppen) são definidas por uma predominância acentuada do clima tropical quente, com seca nas baixadas. Sua temperatura média é de 23°C.

#### HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO, PARCELAMENTO E USO DO SOLO

Coube ao Barão de Aimorés, major Antônio Rodrigues da Cunha, realizar a primeira incursão desbravadora da região, atualmente compreendida pelo município de Nova Venécia. Naquela época, em 1870, somente os índios Aimorés habitavam o território.

Posteriormente, vários grupos de colonizadores se instalaram no lugar, dando início a um vasto povoamento e cultivo do solo. Entre essas pessoas estavam migrantes cearenses, que chegaram ao Espírito Santo tangidos pela grande seca da década de 80 do século passado. Junto com esses, diversos imigrantes italianos e, três anos depois, a localidade fundada por Barão de Aimorés foi transferida para outra localidade, situada à margem direita do rio São Mateus. Numa homenagem aos italianos, procedentes, na sua maioria, de Veneza, a denominação do lugar passou a ser Nova Venécia.

No governo Nestor Gomes foi reiniciada a construção da Estrada de Ferro Serra dos Aimorés, que só será concluída oito anos depois, pelo governador Florentino Avidos, ligando Nova Venécia a São Mateus. Em 1953, durante o governo de Jones dos Santos Neves, uma comissão de líderes da comunidade

de realizou um movimento pela emancipação. Assim, a 08 de agosto de 1953, a Câmara Municipal de São Mateus criou o município de Nova Venécia, através da Lei nº 329, ratificada em 11 de dezembro de 1953 pela Lei Estadual nº 767, com a instalação ocorrendo a 26 de janeiro de 1954.

### POPULAÇÃO

O município de Nova Venécia apresenta em 1980 uma população de 47.766 habitantes. A seguir, algumas considerações sobre a evolução da população do município, nas décadas de 70, 80 e 91, conforme os Censos Demográficos da FIBGE:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL (HABITANTES)		
	1970	1980	1991
Nova Venécia	47.480	45.667	47.708

A taxa de crescimento anual registrada pela FIBGE é de 0,3%.

O quadro acima mostra um fenômeno que nos últimos anos não é muito comum aos demais municípios capixabas, a não ser os pertencentes à Grande Vitória: um pequeno acréscimo da população entre os anos 70 e 90, passando de 47.480 habitantes para 47.708, apesar de uma queda em 1980, conforme resulta dos preliminares, por município, do Censo Demográfico/91 - IBGE/ESET-ES.

A população residente em 01.09.91, por distrito e segundo o sexo, é apresentada no quadro abaixo:

	POPULAÇÃO		HOMENS	MULHERES
	TOTAL	%		
Município de Nova Venézia	47.708	100,00	24.380 (51,10%)	23.328 (48,90%)
Distritos:				
Nova Venézia	26.607	56,40	13.487	13.420
Córrego Grande	8.130	17,04	4.171	3.959
Guararema	7.046	14,77	3.727	3.319
Rio Preto	1.086	2,28	578	508
Santo Antonio do Quinze	4.539	9,51	2.417	2.122

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 1991

Os dados acima confirmaram que a maioria da população do município reside no distrito-sede (56,40%) e que predominam, com uma pequena margem de diferença, os residentes do sexo masculino (51,10%).

A densidade demográfica do município é de 24,88 hab/km<sup>2</sup>, bem abaixo da densidade estadual, que é de 56,98 hab/km<sup>2</sup>.

A relação entre população urbana e rural se deu conforme mostra o quadro a seguir:

(1.000 hab.)

POPULAÇÃO	ANOS	1970	1980	1991
	Rural		36,9	28,6
Urbana		11,1	17,1	-

É importante assinalar que o ganho populacional na zona urbana pode ser explicado por movimentos migratórios intra-municipais e, ainda, que o fenômeno do êxodo rural, comum no município, tem levado muitas famílias a migrarem para outros estados, a exemplo das que se dirigiram para o Estado de Rondônia.

No documento "Relatório Vocacional do Município"\* está registrado que:

*"(...) no quadro das transformações recentes da agropecuária, cabe ressaltar a relativa estagnação da produção de alimentos, em decorrência da falta de uma política oficial para o setor agrícola. Os reflexos adversos dos vários planos econômicos (Plano Cruzado, Bresser, Verão e outros), trouxeram e estão trazendo consequências gravíssimas para a sociedade em geral, como: recessão, desemprego, greves, desabastecimentos, concordatas e falências, atingindo também o produtor rural, alijando-o do processo produtivo com o conseqüente êxodo rural".*

*"Com a crise na agricultura e no setor comercial, força o município de Nova Venécia a buscar alternativas que venham dotá-lo de estrutura e fomento ao seu desenvolvimento, acreditando na perspectiva de consolidação do Espírito Santo como Estado industrial periférico, no momento em que a indústria torna-se o setor preponderante da economia capixaba".*

---

\* O Relatório Vocacional do município de Nova Venécia foi elaborado em agosto de 1991 pela Comissão Pró-criação do Pólo Agroindustrial de Nova Venécia, formada por 15 entidades e órgãos públicos do município.